



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FÁBIA CRISTINA BARBOSA LIMA

CICATRIZES INVISÍVEIS: REPERCUSSÕES DO ABUSO SEXUAL INFANTIL
INTRAFAMILIAR NOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE MULHERES
SOBREVIVENTES

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Fábia Cristina Barbosa Lima

**Cicatrizes invisíveis: repercussões do abuso sexual infantil intrafamiliar nos
relacionamentos amorosos de mulheres sobreviventes**

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema
para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Cristina Serafim da Silva

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L732c Lima, Fábiana Cristina Barbosa.

Cicatrizes invisíveis: Repercussões do abuso sexual infantil intrafamiliar nos relacionamentos amorosos de mulheres sobreviventes. / Fábiana Cristina Barbosa Lima. – Miracema, TO, 2024.

62 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2024.

Orientador: Ana Cristina Serafim da Silva

1. Psicologia. 2. Abuso sexual infantil intrafamiliar. 3. Consequências do abuso. 4. Abuso e relacionamentos afetivos. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FÁBIA CRISTINA BARBOSA LIMA

CICATRIZES INVISÍVEIS: REPERCUSSÕES DO ABUSO SEXUAL INFANTIL
INTRAFAMILIAR NOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE MULHERES
SOBREVIVENTES

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema
para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Dr^a. Ana Cristina Serafim da Silva

Data da aprovação: 17/12/2024.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, Orientadora, UFT.

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Avaliadora, UFT

Profa. Dra. Joana Azevêdo Lima, Avaliadora Externa, Zarns

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes vitimadas pelo abuso sexual por aqueles que deveriam protegê-los, mas que se tornaram seus algozes. Dedico também a todas as mulheres sobreviventes que carregam, em silêncio, a ferida invisível do abuso. Que suas histórias, outrora silenciadas, sejam ouvidas e que encontrem acolhimento e justiça.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, força organizadora que possibilita o encontro entre o tudo e o nada.

Agradeço à minha mãe, Marilene Barbosa Lima, e ao meu pai, José Hernandes Ferreira Lima, que sonharam junto comigo e nunca mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Nada disso seria possível sem o apoio de vocês.

À minha família como um todo, que, mesmo de longe, foi meu alicerce. Um agradecimento especial às mulheres incríveis desta família: Mirenes, Mariza e Marlenes (no plural mesmo porque são duas), minhas primas Márcia e Natasha e também à minha avó, Maria de Abreu, por ser a melhor pessoa do mundo, pelos incentivos e pela ajuda de sempre.

A alguns amigos que me abriram portas, me possibilitaram enxergar caminhos, foram morada para mim, me aguentaram, torceram e viveram comigo cada conquista. Obrigada, Tamires, Thamyres, Carol, Thâmbata, Edilaine, Bruna, Bhruna, Heitor, Auriene (especialmente por me salvar ao encontrar os PDFs mais difíceis do mundo na internet), Laiane, Manoel, Victória, Raphael.

À amiga Anna Terra, que, há muito, se tornou família. Com você, aprendo constantemente sobre cumplicidade e fraternidade. Com certeza, ter me reaproximado de você foi a melhor coisa que aconteceu este ano. Obrigada por deixar meus dias mais leves com sua risada.

À Prof^a Dr^a Ana Cristina Serafim da Silva, minha orientadora, por todo o saber compartilhado, pela atenção, dedicação e cuidado ao me conduzir pelos caminhos da pesquisa. Agradeço também pela paciência, apoio e compreensão ao longo de todo o processo.

Ao colegiado do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, campus Miracema, meu respeito e agradecimento.

À Prof^a Dr^a Juliana Biazze Feitosa, pela seriedade e rigor como minha supervisora de estágio, pois sua postura ética me tornou uma pessoa comprometida com a psicologia.

À banca examinadora, composta pelas professoras Dr^a Juliana Biazze Feitosa e Dr^a Joana Azevedo Lima, por aceitarem generosamente o convite e oferecerem contribuições valiosas para a construção deste trabalho.

Seja o que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida e nela só se
tem uma chance
de fazer aquilo que quer.
Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.
As pessoas mais felizes não têm as melhores
coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades que
aparecem em seus caminhos.
A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam.
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem a importância das
pessoas que passam por suas vidas.

Clarice Lispector

RESUMO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto familiar é uma problemática multifacetada que viola normas morais e legais. Constitui uma experiência traumática que compromete o desenvolvimento emocional e gera consequências duradouras ao longo de toda a vida. objetivo analisar como o abuso sexual intrafamiliar durante a infância pode repercutir nos relacionamentos afetivos de mulheres adultas que passaram por tal violência. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, e os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). A partir da análise, foram identificadas três categorias principais: "Gênero, violência e dinâmicas familiares", "Vivências do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar" e "Repercussões do Abuso Sexual Infantil nas Relações Amorosas de Mulheres Vítimas". Os resultados indicaram que o abuso sexual no contexto familiar rompe a visão da família como um ambiente seguro, prejudica as relações familiares e leva ao adoecimento emocional. As implicações do abuso afetam diversos aspectos, como funcionalidade, emocionalidade, cognição e comportamento. Além disso, os estudos apontaram que as principais consequências para as mulheres vitimadas por abuso sexual intrafamiliar estão no campo da sexualidade, desenvolvendo aversão ao sexo ou comportamento hipersexualizado, dificuldade para ter orgasmos, e isso impacta diretamente seus relacionamentos amorosos.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Abuso intrafamiliar. Consequências do abuso. Mulheres vítimas. Abuso e relacionamentos afetivos.

ABSTRACT

Intrafamilial child and teen sexual abuse is a multifaceted issue that violates moral and legal norms. It constitutes a traumatic experience that compromises emotional development and leads to lasting consequences throughout life. The aim of this study is to analyze how intrafamilial sexual abuse during childhood and teenage can impact the affective relationships of adult women who have experienced aforesaid violence. The research is characterized as bibliographic, with a qualitative approach, and the data obtained were analyzed using Bardin's (2016) content analysis. Based on the analysis, three main categories were identified: "Gender, Violence, and Family Dynamics", "Experiences of Intrafamilial Childhood Sexual Abuse", and "Repercussions of Childhood Sexual Abuse on the Romantic Relationships of Victimized Women." The results indicated that sexual abuse within the family breaks the perception of family as a safe environment, harms family relationships, and leads to emotional distress. The implications of abuse affect many life aspects, such as functionality, emotionality, cognition, and behavior. Moreover, the studies pointed out that the primary consequences for women who were victims of intrafamilial sexual abuse lie within the realm of sexuality, leading to aversion to sex or hypersexualized behavior, difficulties in achieving orgasm, all of which directly impact their romantic relationships.

Keywords: Child sexual abuse. Intrafamilial abuse. Consequences of abuse. Women victims. Abuse and affective relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASI	Abuso Sexual Infantil
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
ESCCA	Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
TEPT	Transtorno do Estresse Pós Traumático
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
CF	Constituição Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS	21
2.1	Objetivo Geral	21
2.2	Objetivos Específicos.....	21
3	JUSTIFICATIVA	22
4	PODER, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DESVENDANDO AS TRAMAS DO ABUSO SEXUAL.....	25
5	A INTERAÇÃO ENTRE AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E VIVÊNCIA: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKI	32
6	METODOLOGIA.....	40
6.1	Percurso metodológico	41
6.2	Análise dos Dados	42
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
7.1	Gênero, Violência e Dinâmicas familiares.....	43
7.2	As vivências do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar	48
7.3	Repercussões do Abuso Sexual Infantil nas Relações Amorosas de Mulheres Vítimas	52
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

*Se não vejo na criança, uma criança, é porque
alguém a violentou antes, e o que vejo é o que
sobrou de tudo que lhe foi tirado.
Herbert de Souza (Betinho)*

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como o abuso sexual intrafamiliar durante a infância pode repercutir nos relacionamentos afetivos de mulheres adultas que passaram por tal violência. Existem várias formas de violência contra crianças e adolescentes, as quais podem ser praticadas por diversos indivíduos e em diferentes ambientes sócio-culturais, resultando, assim, em variadas classificações e denominações. No entanto, neste estudo nos atentaremos ao abuso sexual infantil, o qual se configura como uma das manifestações mais cruéis e desrespeitosas contra os direitos humanos do sujeito, direitos que foram amplamente reconhecidos e consagrados em âmbito nacional e internacional.

Tal prática constitui uma violação gravíssima da dignidade e da integridade das vítimas, configurando-se como uma forma extrema de violência. Além de sua natureza brutal, o abuso sexual representa uma afronta aos princípios fundamentais de respeito à autonomia e à humanidade do indivíduo, causando danos profundos e duradouros à saúde física, psicológica e emocional dos vitimados (CREPOP, 2020). Esse, quando direcionado às crianças e adolescentes, torna-se ainda mais desumano, uma vez que atinge não só a integridade física e psicológica desses indivíduos, mas também viola seus direitos como pessoa em fase peculiar de desenvolvimento (MINCHONI, 2010).

Mas antes de adentrarmos à seara do abuso sexual infantil (ASI), torna-se imprescindível discorrer a respeito do que se entende por violência, termo de caráter tão pluricausal. De acordo com Marilena Chauí (2017), violência é:

1. qualidade do que é violento; 2. ação ou efeito de violentar, de empregar a força física (contra alguém ou algo ou intimidação moral contra alguém; crueldade, força; 3. exercício injusto ou discricionário, em geral ilegal, de força ou de poder; 4. cerceamento do direito ou da justiça, coação, opressão, tirania; 5. força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria; veemência; 6. dano causado por uma distorção ou alteração não autorizada (censura); 7. juridicamente: constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; 8. direito penal: relação sexual mantida com uma mulher mediante utilização da força; estupro; 9. ferocidade, fúria, sanha. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (CHAUI, 2017, p.5).

Partindo da complexidade desse fenômeno, Minayo (1994) postula que a violência não é um fenômeno isolado na sociedade, mas está, sim, intrinsecamente ligado a uma rede de

relações sociais. Ele é, portanto, produzido e desenvolvido no contexto da vida em sociedade, sendo fruto de diversos fatores que se entrelaçam e se potencializam. Isso corrobora o fato de que a violência também não é um comportamento inato do ser humano, mas um resultado de condições sociais e estruturais que favorecem sua manifestação. Ela surge a partir de desigualdades econômicas, políticas, culturais e de gênero, as quais geram frustrações, conflitos e tensões que podem transformar-se, na maioria das vezes, em ações de violência.

Ao se abordar o abuso sexual infantil, é fundamental entendê-lo enquanto categoria de violência, mais especificamente, violência sexual. Este ato não configura apenas uma violação à liberdade sexual do indivíduo, mas também uma transgressão aos direitos humanos de crianças e adolescentes, em sua totalidade. Consoante a isso, Faleiros (2000) destaca que a violência é um componente fundamental e explicativo em todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimadas pelo abuso sexual, sendo necessário reconhecer que a violência não é apenas um aspecto que ocorre durante o abuso, mas sim uma condição que molda essas experiências. A violência sexual infantil, assim como em toda situação de violência, portanto, configura-se como uma relação de poder autoritária, na qual atores com poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias estão presentes e afrontam-se. Dessa maneira, nota-se que é crucial considerar a violência como parte da definição e do contexto do abuso sexual infantil, pois abarca diversas formas de agressões direcionadas a crianças e adolescentes.

Cabe aqui pontuar que dentro da categoria violência sexual, também tem-se a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA). Conforme a Lei Nº 13.431 (BRASIL, 2017) é “entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico”. Nesta pesquisa, concentraremos nossa atenção exclusivamente no fenômeno do abuso sexual infantil, que, segundo a legislação vigente, é definido como “toda ação que utiliza a criança ou o adolescente para fins sexuais, seja por conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado presencialmente ou por meio eletrônico, com o intuito de estimular sexualmente o agente ou terceiros” (BRASIL, 2017). Optamos por não abordar as nuances da ESCCA a fim de proporcionar uma análise mais detalhada e coerente dos mecanismos e impactos do abuso sexual infantil em si.

Dessa maneira, o abuso sexual infantil (ASI), termo que será utilizado neste trabalho, é uma complicada situação caracterizada por qualquer tipo de ato ou manipulação sexual, seja em relação heterossexual ou homossexual, em que o agressor tenha um desenvolvimento

psicossexual mais avançado do que a criança envolvida (BRASIL, 2002). O abuso sexual infantil é uma forma de violência que pode ocorrer tanto no ambiente doméstico quanto fora dele, caracterizando-se por atos de natureza erótica envolvendo uma criança ou adolescente e um adulto ou adolescente mais velho (BRASIL, 2021).

Este fenômeno abrange tanto casos com contato físico quanto sem ele. No primeiro caso, pode ocorrer o uso da força, por meio de ações que incluem toques indesejados, penetração ou qualquer outra forma de atividade sexual que envolva o contato direto entre o agressor e a vítima. Já o abuso sexual sem contato físico abrange comportamentos que não requerem interação física direta, como a exposição a conteúdos pornográficos, comentários sexualmente explícitos ou manipulação para envolver a vítima em situações sexualmente sugestivas (BRASIL, 2021).

Posto isso, ao abordar o abuso sexual infantil (ASI), é fundamental destacar que esse fenômeno pode ser categorizado de duas maneiras: extrafamiliar e intrafamiliar. O ASI extrafamiliar ocorre quando a vítima não tem vínculo familiar com o agressor, podendo ser um conhecido da vítima, como professor, médico, comerciante local, vizinho ou um desconhecido. No caso do abuso sexual intrafamiliar, trata-se da violência sexual praticada contra a criança por um membro do próprio núcleo familiar, sendo desnecessária a consanguinidade (BRASIL, 2021). Exemplos de agressores do ASI intrafamiliar inclui pai, mãe, irmão, tio, avô, padrasto, cunhado, entre outros. Esse tipo de abuso ocorre comumente no ambiente doméstico ou em suas proximidades. A forma intrafamiliar de abuso também é conhecida por outros termos, como abuso sexual incestuoso, abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica e incesto (FALEIROS, 2006).

Habigzang e Caminha (2004), pontuam que o ASI intrafamiliar possui um poder devastador muito maior do que outras formas de violência sexual contra a criança, uma vez que ele está enraizado nas dinâmicas emocionais e nos conflitos familiares. Nessa relação, não existe um estranho do qual se possa fugir, e nem mesmo uma casa para onde se possa escapar. A criança já não se sente mais segura, mesmo no seu próprio quarto. Nesse contexto, a vítima é forçada a lidar com o abuso sexual, o qual abala completamente o seu mundo. Além do mais, o perpetrador da violência está sempre presente e o comportamento abusivo é geralmente uma experiência contínua e impactante para a vítima.

Lira (2015) identificou que o abuso sexual intrafamiliar compromete significativamente o desenvolvimento completo de crianças e adolescentes, podendo levar a sérias alterações em diversos aspectos como funcionalidade, emocionalidade, cognição e comportamento. No que se refere às repercussões da ASI na vida de crianças e adolescentes, Gava, Silva e Dell’Aglia

(2013), em pesquisa feita com meninas que relataram terem sido vitimadas pelo abuso sexual, constataram as seguintes alterações sintomáticas no desenvolvimento emocional e cognitivo dessas: medo ou pânico, raiva, culpa, vergonha, mal-estar subjetivo, apreensão, sentimento de diferença em relação aos iguais, angústia, agitação, ansiedade, irritabilidade, capacidade para confiar prejudicada, ideações suicidas, sintomas depressivos (tristeza, choro, humor deprimido), comportamento sexual inadequado, comportamento agressivo, comportamento autodestrutivo, comportamento regressivo (enurese, encoprese, birras), comportamento suicida, alterações do sono, alterações do apetite ou alimentação, isolamento social ou retraimento, fugas do lar, mentiras, furtos, transgressões domésticas, abuso de substâncias, além de prejuízo do desempenho escolar ou dificuldade de concentração.

Quanto ao impacto emocional fruto do ASI no ambiente familiar, um estudo realizado por Serafim et al (2011) evidenciou, por meio dos resultados de testes aplicados em avaliações psicológicas, o perfil psicológico das vítimas de abuso sexual no ambiente familiar. Foi identificado que crianças e adolescentes vitimados experimentam sentimentos de perseguição, violação, medo, abandono e desproteção em relação ao mundo que as cerca. Além disso, observou-se que, na concepção da criança que passou por tal experiência, a figura masculina é comumente percebida como ameaçadora, egoísta, desinteressada pela família e ineficaz. Essa distorção na percepção tem consequências significativas nos relacionamentos afetivos na vida adulta, resultando no desenvolvimento de padrão de apego inseguro (JACOB, 2009). Crianças vitimadas frequentemente internalizam os sentimentos de desconfiança e medo para se proteger de novas violações, o que dificulta a formação de vínculos íntimos saudáveis e leva à evitação da proximidade emocional ou reações desadaptativas nos relacionamentos.

No que se refere ao padrão de apego inseguro, é importante ter conhecimento de que existem duas categorias distintas, conforme pontua Orly e Hunsley (2001 apud JACOB 2009):

Os dois estilos de apego inseguro desenvolvidos por vítimas de abuso sexual são: apego ansioso (associado à ansiedade, confusão, dependência, ciúme e medo de ser abandonado ou de não ser amado) e apego evitativo (associado ao medo de intimidade, inibição social, falta de assertividade, e uma combinação de traços de evitação com preocupação) (JACOB, 2009, p.24).

Com isso, o sujeito vitimado pelo ASI que, por ventura, desenvolver o apego ansioso acaba por concentrar-se excessivamente nos aspectos da relação em vez de focar em suas próprias experiências pessoais. Por outro lado, a pessoa com apego evitativo enfrenta grandes dificuldades em se envolver emocionalmente e pode não demonstrar capacidade para estabelecer contato afetivo (JACOB, 2009). “Na observação clínica normalmente nos

deparamos com uma maior tendência a encontrar mulheres apresentando um padrão de apego ansioso” (JACOB, 2009, p.25).

Com relação às consequências e possíveis sinais que sugerem a ocorrência de ASI em meninas e adolescentes, destacam-se em, de acordo com Echeburúa e Corral (2006), físicas, emocionais, comportamentais e sexuais. Dentre as repercussões físicas, tem-se as alterações imediatas que podem ser observadas em crianças ou adolescentes vitimados pelo abuso sexual, incluindo queimaduras, feridas ou dores nas regiões anal e genital, trauma na área pélvica, presença de sêmen na cavidade oral, nas roupas ou nos genitais, bem como roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue. Além disso, pode haver sinais de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) nas áreas genital, oral, anal ou ocular, dificuldades para se locomover ou sentar, além de problemas como enurese (urinar involuntariamente) e encoprese (eliminações fecais involuntárias).

Quanto aos indicadores comportamentais, destacam-se a perda de apetite, o medo de ficar sozinha com determinado membro da família, rejeição repentina dos pais, mudanças bruscas no comportamento, resistência a despir-se ou tomar banho, isolamento social, dificuldades escolares, com afastamento e queda de desempenho, comportamentos regressivos (como chupar o dedo ou fazer xixi na cama), tendência a guardar segredo, fugas de casa, comportamentos autodestrutivos e pensamentos suicidas (ECHEBURÚA e CORRAL, 2006).

No tocante às alterações emocionais, Echeburúa e Corral (2006) também destacam que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem desenvolver medos generalizados, sentimento de culpa e vergonha, baixa autoestima, desconfiança, ressentimento em relação a adultos e o desenvolvimento de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT)¹, além de depressão e transtornos de ansiedade (HABIGZANG et al., 2008; HABIGZANG et al, 2005).

No que se refere às repercussões sexuais já na vida adulta, a vivência do abuso sexual está associada a uma maior incidência de disfunções sexuais, tais como fobias, aversão sexual, falta de satisfação, alterações na motivação sexual e dificuldades em alcançar o orgasmo (BELTRAN 2010; SALTER, 2013). Habigzang, Krindges e Macedo (2016) corroboram com tais informações e acrescentam, ainda, que quanto maior o número de episódios de abuso sexual (com penetração) vivenciados, maior o desejo sexual diádico e o comportamento autoerótico (masturbação). Observou-se, também, uma maior probabilidade de excitação, embora a satisfação sexual tenha sido menor nesses casos. Além disso, há dificuldade em criar vínculos

¹ “O diagnóstico de TEPT é realizado após a pessoa vivenciar, testemunhar ou ter sido confrontada com um ou mais eventos traumáticos avassaladores e reagir com intenso medo, pavor ou comportamento de esquiva (BORGES e DELL’AGLIO, 2008, p.3).”

duradouros, bem como uma incapacidade de prevenir situações de revitimização (SANT'ANNA e BAIMAS, 2008).

Ainda no campo sexual, mulheres que passaram pelo ASI apresentam significativo comprometimento no funcionamento sexual. A 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) menciona o abuso sexual como um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos relacionados à disfunção sexual (APA, 2014).

Todos esses sintomas, manifestados na vida adulta como resultado de experiências traumáticas, podem interferir de maneira substancial nos relacionamentos interpessoais, com impacto particularmente acentuado nos relacionamentos amorosos. Esses, sendo frequentemente considerados as interações interpessoais mais complexas e desafiadoras para indivíduos que sobreviveram a abusos, apresentam dificuldades adicionais para esses indivíduos (JACOB, 2009).

Com relação às estatísticas, no Relatório Anual do Disque Direitos Humanos (Disque 100) de 2019 as denúncias de ASI é a quarta mais incidente, ficando atrás apenas da negligência, violência psicológica e violência física. Em tais denúncias, em mais da metade dos casos a violação ocorre na casa da vítima ou do agressor, um lugar que deveria ser seguro e acolhedor, e o agressor na maioria das vezes é do sexo masculino, podendo ser o próprio pai ou padrasto e em 82% dos casos a vítima era do sexo feminino (BRASIL, 2019).

Segundo Miyahara (2018), a SaferNet Brasil, uma organização não governamental que atua como canal online para receber denúncias, solicitações de ajuda e orientação sobre crimes cibernéticos, incluindo o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes, relatou que em 9 (nove) anos foram processadas 1.418.511 denúncias anônimas de imagens² de abusos contra crianças² envolvendo 276.959 sites diferentes, provenientes de 92 países em 5 continentes diferentes. Estes dados evidenciam a extensão das práticas que exploram crianças e adolescentes para fins sexuais. Um ponto que chama a atenção, no entanto, especialmente para a área de estudo desta pesquisa, é a presença exorbitante de páginas que simulam situações incestuosas e promovem a interação sexual entre pais e filhos como forma de excitação e prazer (SAFERNET, 2024).

² É recomendado, hodiernamente, substituir a expressão "pornografia infantil" por "imagens de abuso e exploração sexual infantil" ou "imagens de abusos contra crianças", e a Safernet evita usar a primeira em suas publicações. A pornografia legalizada envolve a participação consensual das pessoas envolvidas em atos sexuais, sendo o consentimento fundamental. Em contraste, qualquer imagem sexual de crianças ou adolescentes é, por definição, não consensual, sendo considerado estupro no Brasil qualquer ato sexual com menores de 14 anos (OLIVEIRA, 2023).

Ainda sobre constatações e números, de acordo com dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2024), foram 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados no Brasil entre os anos de 2015 a 2021, sendo que desse total, 41,2% dos casos são contra crianças menores de 9 anos de idade e 76,8% dessas crianças eram do sexo feminino. Ainda a partir dos dados deste Boletim, houve aumento dos casos no ano de 2021 em relação a 2020 e isso pode ter sido em decorrência da pandemia de COVID-19, já que pesquisas apontam que

o isolamento social pode ter facilitado o maior controle dos agressores sobre crianças e adolescentes e a perpetuação do silêncio das vítimas, podendo influenciar no aumento da ocorrência de violência sexual paralelamente à redução dos registros de denúncias e notificações desses casos (BRASIL, 2024, *apud* LEVANDOWSKI, STAHNKE, MUNHOZ et al 2021).

Vale enfatizar que o ASI intrafamiliar, apesar de estar mais evidente em famílias mais vulneráveis economicamente, sendo essas as que aparecem nas estatísticas porque é o segmento que se utiliza do serviço público de saúde para atendimento dos casos, ela se faz presente em todas as classes sociais, pois trata-se de uma violência estrutural fruto do sistema social em que estamos imersos. A diferença consiste, desse modo, no fato de que em famílias mais abastadas os casos ficam por detrás de uma atmosfera de silêncio (BEZERRA, JACINTO e PIANA, 2018), mas manter em segredo também não é algo exclusivo dessa classe social. Há uma cultura do silêncio envolvendo o fenômeno do ASI intrafamiliar, de acordo com Castro e Ribeiro (2023), a dificuldade que as vítimas de abuso sexual enfrentam para revelar suas experiências deve-se ao fato de que

frequentemente a família encoberta a violência buscando proteger o agressor, evitar exposições ou os transtornos decorrentes das denúncias e rompimentos dos vínculos, assim a naturalização desse tipo de violação torna-se um problema social severo, uma vez que colabora para a cultura do silêncio (CASTRO e RIBEIRO, 2023, p.14).

Embora não se possa afirmar que o nível socioeconômico seja um fator de risco direto para o abuso sexual, no entanto, é importante considerar que famílias com escassez de recursos financeiros podem estar mais suscetíveis a colocar seus filhos em situações de perigo, negligenciando seus cuidados por falta de alternativas mais seguras. Ocorre que no Brasil, é alarmante a escassez de vagas em creches, escolas públicas em período integral e espaços gratuitos para abrigar crianças e adolescentes durante o contraturno escolar. Isso força famílias de baixa renda a deixarem seus filhos com vizinhos ou familiares que, eventualmente, não dispõem de condições de supervisionar adequadamente, ou até mesmo sozinhos em casa. Como

resultado, essas crianças acabam vulneráveis a situações de risco, muitas vezes perpetradas por pessoas próximas a elas (SILVA et al, 2020).

Dentre os diversos elementos que compõem a problemática do abuso sexual infantil, destaca-se a questão de gênero, devido às desigualdades de poder e às normas sociais, homens tendem a praticá-lo preferencialmente contra meninas como forma de confirmar e reforçar sua dominação. As meninas, nessa óptica, frequentemente são alvos desse tipo de abuso devido à objetificação e hipersexualização de seus corpos, resultantes de normas de gênero que as colocam em uma posição de vulnerabilidade, favorecendo a perpetuação da cultura do estupro (SCHREINER, 2008). Tanto pesquisas recentes, como a de Sales *et al* (2021) - que apontam que 55% das vítimas são meninas – quanto estudos anteriores, como o de Caminha e Habigzang (2004) - que indica que 86,27% das vítimas são do sexo feminino – evidenciam que, de fato, meninas são mais vulneráveis ao ASI, uma vez que há predominância de vítimas do sexo feminino nesse contexto.

A infância, segundo Habigzang e Caminha (2004), é uma etapa crucial para o desenvolvimento do indivíduo, na qual ele desenvolve, para além das suas capacidades físicas, suas capacidades afetivas e cognitivas também. Nesse sentido, a infância é um período importante para a aprendizagem de habilidades sociais, tendo a família um importante papel neste processo, uma vez que é o primeiro sistema com o qual o ser humano em desenvolvimento interage. De acordo com Lira (2015), há consenso na comunidade científica (MALGARIM e BENETTI, 2011; BORGES e DELL'AGLIO, 2012; SALTER, 2013; MIDDLETON, 2013) de que o abuso sexual infantil tem reflexos diretos na saúde e pode resultar em dificuldades que perduram ao longo da vida das vítimas. Lira (2015) observou que todos esses autores anteriormente citados corroboram para o fato de que o ASI no contexto familiar compromete o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Por isso, debater a respeito desse tipo de violência, sobretudo a intrafamiliar, é tão importante, uma vez que essa violência configura-se como uma problemática de saúde pública que viola direitos humanos e compromete o desenvolvimento infantil.

No que tange aos marcos legais relacionados a infância e adolescência, a Constituição Federal (CF) de 1988 é um importante marco na história do Brasil no que se refere à proteção contra o abuso sexual direcionado a crianças e adolescentes, uma vez que, a partir dela, crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, especialmente através do artigo 227. Esse artigo estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com prioridade, direitos essenciais como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária

às crianças e adolescentes. Além disso, a Carta Magna determina que esses indivíduos sejam protegidos de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A questão do abuso sexual infantil ganhou uma visibilidade significativa com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 1990, por meio da Lei nº 8.069. Esta legislação representa um marco fundamental na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, uma vez que estabelece um conjunto de direitos e garantias essenciais para salvaguardar sua integridade física, mental e emocional. Em relação ao ASI, o ECA contém dispositivos específicos que visam não apenas a prevenção desse tipo de violência, mas também a punição rigorosa dos agressores e o suporte às vítimas. Esses mecanismos abrangem ações de sensibilização, capacitação de profissionais e a criação de serviços especializados, refletindo um compromisso robusto do Estado em enfrentar essa grave problemática (BRASIL, 1990). A implementação do ECA, portanto, não apenas assegura a proteção de crianças e adolescentes, mas também busca criar um ambiente mais seguro e acolhedor para o seu desenvolvimento integral.

Instituído pela Resolução Nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Sistema de Garantia de Direitos determina que a política de atendimento às crianças e aos adolescentes deve ser executada por meio de uma Rede articulada que envolve ações governamentais e não governamentais, tanto da União, dos Estados, do Distrito Federal quanto dos Municípios (BRASIL, 1990). O principal marco acerca do combate ao ASI é o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, também estabelecido pelo CONANDA, pois “consolida as ações articuladas como estratégia fundamental para a garantia dos direitos humanos sexuais da criança e do adolescente” (MIYAHARA, 2018, p.22).

Este estudo reveste-se de relevância, pois discutir o abuso sexual infantil intrafamiliar é fundamental, dado que se trata de um fenômeno profundamente enraizado na história da humanidade e que persiste, apesar dos avanços legislativos ao longo das décadas. Embora diversas legislações e políticas públicas voltadas à proteção da infância e da adolescência tenham sido implementadas, os índices de casos notificados permanecem alarmantes, refletindo uma realidade ainda marcada pela negação e pelo estigma. Nesse cenário, torna-se imperativo aprofundar a compreensão das repercussões dessa violência na vida das mulheres que foram vítimas durante a infância, especialmente no que diz respeito aos seus relacionamentos afetivos na fase adulta. A experiência desse tipo de violência pode acarretar consequências psicológicas significativas, afetando a capacidade dessas mulheres de estabelecer vínculos saudáveis. Assim,

o presente estudo tem como objetivo responder à seguinte questão: Como o abuso sexual infantil intrafamiliar pode interferir nos relacionamentos afetivos de mulheres vítimas?

Por isso, esta pesquisa propõe-se a investigar, por meio de pesquisa bibliográfica, as repercussões do abuso sexual intrafamiliar durante a infância nos relacionamentos afetivos de mulheres que vivenciaram tal experiência traumática. Conforme apontado por Minchoni (2010), a formação da identidade dessas mulheres é frequentemente influenciada por uma gama de emoções negativas, incluindo sentimento de culpa e vergonha, baixa autoestima e uma percepção distorcida de sua imagem corporal. Além disso, essas experiências podem resultar em dificuldades significativas nos relacionamentos interpessoais e na esfera sexual, evidenciando a complexa intersecção entre experiências de violência na infância e o desenvolvimento de dinâmicas afetivas problemáticas na vida adulta. Tal investigação busca, dessa maneira, contribuir para a compreensão das implicações duradouras do ASI intrafamiliar, bem como para a formulação de intervenções que promovam a saúde emocional e relacional dessas mulheres.

Esse fenômeno, segundo Azevedo (2000), frequentemente resulta em uma predisposição das mulheres para evitar o desenvolvimento de relacionamentos duradouros com parceiros masculinos, optando por vínculos mais transitórios ou hipersexualizados. Tal comportamento pode ser atribuído ao medo de estabelecer conexões emocionais profundas fundamentadas na confiança, na responsabilidade e no respeito mútuo, uma vez que essas dinâmicas poderiam reavivar traumas passados. A experiência de abuso infantil intrafamiliar, onde figuras que deveriam exercer papel de proteção se comportaram como agressores, contribui para uma aversão a vínculos emocionais profundos. Essa aversão aparece como uma resposta defensiva contra a potencial revitimização, que é o temor de reviver os sentimentos de traição e vulnerabilidade experimentados durante a infância (SAMPEDRO, 2019).

Nesse contexto, o conceito vigotskiano de vivência é capaz de oferecer uma abordagem teórica a qual possibilita compreender os impactos desse tipo de violência na vida adulta, especialmente no caso de mulheres que foram vítimas na infância. Isso porque a formação da identidade é entendida como um processo dinâmico e contínuo de construção, que se dá a partir das relações sociais, linguagem, cultura e história do sujeito. Sendo assim, esse processo, em vítimas de abuso sexual infantil, é constituído por uma série de elementos que envolvem não apenas as experiências traumáticas vivenciadas durante o ato, mas também é perpassado pela forma como o outro lhe atribui significado (MINCHONI, 2010).

No caso das vítimas de ASI intrafamiliar, o qual esta pesquisa se propõe a investigar, tais elementos tornam-se ainda mais complexos, pois o trauma causado pelo abuso pode

impactar profundamente a forma como o sujeito se percebe e se relaciona com o mundo ao seu redor. Para Vigotski, nas palavras de Minchoni (2010),

a essência do desenvolvimento cultural de Vygotski é justamente a constituição do sujeito através dos outros. E, sendo assim, a maneira de ser, de pensar, de agir, de se vestir, de se relacionar, enfim, de se posicionar do sujeito, resultantes do processo de internalização das normas, valores, crenças, é perpassada pela maneira que os outros se relacionam com ele (MINCHONI, 2019, p.39).

Sendo a *perejivânie* experiências emocionais intensas e duradouras, que têm um impacto profundo no desenvolvimento do indivíduo (CAPUCCI e SILVA, 2018), o abuso sexual infantil intrafamiliar pode ser entendido como uma situação de *perejivânie*, na qual a criança é submetida a experiências traumáticas e perturbadoras que podem afetar sua percepção de si mesma, dos outros e do mundo. Por isso, faz-se imprescindível compreender como esses impactos estão enraizados nas experiências vividas na infância e como isso influencia na construção desse sujeito. Assim, esta pesquisa visa responder à seguinte problemática: Como o abuso sexual infantil intrafamiliar pode interferir nos relacionamentos amorosos de mulheres vitimadas?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como o abuso sexual intrafamiliar durante a infância repercute nos relacionamentos amorosos de mulheres que passaram por tal violência.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as vivências de infância das mulheres vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar.
- Compreender como essas experiências impactaram a construção de suas subjetividades e na forma como essas mulheres se relacionam com outras pessoas ao longo da vida.
- Identificar padrões de comportamento e os desafios enfrentados pelas mulheres em seus relacionamentos amorosos, considerando o impacto do abuso sexual intrafamiliar.

3 JUSTIFICATIVA

Segundo Lira (2015), o abuso sexual infantil no ambiente familiar pode acarretar graves consequências no desenvolvimento de crianças e adolescentes, impactando-as ao longo de suas vidas. Além disso, esse tipo de violência resulta em danos psicológicos e emocionais significativos nas vítimas, refletindo-se em problemas de autoestima, depressão e transtornos de personalidade, como o borderline. Esses reflexos podem dificultar a capacidade das vítimas de estabelecer e manter relacionamentos interpessoais e afetivos. Tais repercussões podem ser ainda mais prejudiciais à criança vitimada quando o ASI é do tipo intrafamiliar, pois envolve a quebra de confiança com as figuras parentais e/ou de cuidado, que, inicialmente, deveriam promover segurança, conforto e bem-estar psicológico (BORGES E DELL'AGLIO, 2008).

A sociedade, lamentavelmente, minimiza os impactos dos abusos sexuais que não resultam em marcas físicas visíveis, considerando-os menos relevantes do que aqueles que deixam evidências no corpo. As piores sequelas, no entanto, são aquelas que aparecem posteriormente ao abuso, as cicatrizes invisíveis que a mulher carregará por toda a vida. Portanto, dada a importância de entender as consequências psicológicas do abuso sexual infantil intrafamiliar, é fundamental investigar na literatura científica como o abuso ocorre na infância e analisar seus efeitos na vida adulta (OLIVEIRA et al, 2020). Isso porque há poucos estudos nacionais que abordam a problemática do abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes de forma abrangente, tornando mais difícil a compreensão do fenômeno em sua totalidade e distorcendo as estatísticas. Isso acaba por limitar o desenvolvimento de políticas de intervenção adequadas à realidade brasileira (BORGES e DELL'AGLIO, 2008).

Além disso, vale frisar, após um estudo avaliar a capacidade de resiliência e auto perdão em mulheres sobreviventes do abuso sexual na infância, foi possível constatar que essas apresentaram níveis mais baixos de esperança e autoperdão, além de sintomas mais elevados de estresse pós-traumático em comparação a outras mulheres com dificuldades semelhantes, mas que não passaram por abusos na infância. Essas conclusões evidenciam, dessa maneira, as repercussões devastadoras do abuso sexual na infância nestas mulheres (GASPARINI et al, 2022).

Outro ponto de suma importância que não poderia ficar de fora, é que o abuso sexual infantil é compreendido como uma questão social e estrutural, que envolve diversas dimensões, como a cultura, a educação, a violência de gênero e a vulnerabilidade social. Esse tipo de violência contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos que impacta não apenas a vítima, mas também sua família, a comunidade e a sociedade como um todo. Os

casos de abuso infantil revelam a existência de estruturas de poder e relações desiguais que perpetuam a violência e dificultam a denúncia e, sobretudo, o combate a esse tipo de crime. Por isso, na tentativa de entender suas concepções e ampliar as formas sociais de enfrentá-lo, urge a necessidade de um maior dimensionamento dessa realidade que ainda permanece oculta na esfera do privado, a fim de desnaturalizar essa problemática no tecido social (CREPOP, 2020).

Entender como o abuso sexual na infância pode influenciar a construção da identidade e da autoestima de mulheres vitimadas, assim como as dificuldades que podem surgir em seus relacionamentos amorosos, contribui não só para a compreensão do impacto emocional e psicológico sofrido pelas vítimas, mas também, acima de tudo, para a elaboração de estratégias de prevenção e de apoio às mulheres que passaram por essa experiência traumática. Ao trazer à tona essas questões, o saber psicológico não apenas contribui para a conscientização, como também incentiva a adoção de medidas que possam auxiliar no processo de superação, além de proporcionar um ambiente seguro onde as vítimas possam elaborar seus traumas e ressignificar suas histórias.

As inquietações que tencionaram a escolha por este tema, a propósito, surgiram durante os estágios básicos e específicos da graduação em Psicologia, devido à frequência de atendimento a mulheres com histórico de Abuso Sexual na Infância (ASI), tanto nos serviços da Rede como na clínica escola da universidade. Nesse percurso, pude atuar, também, com crianças em situação de vulnerabilidade social atendidas por uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, as quais eram ou haviam sido vítimas de ASI em seus lares. Tal experiência reforçou meu interesse pelo assunto e levou-me a questionar como essas vivências poderiam repercutir futuramente na vida daquelas meninas. A fragilidade emocional e a complexidade das histórias daquelas crianças escancaram a urgência e a necessidade de compreender as tramas que envolvem o abuso, bem como suas consequências futuras. Entender as repercussões psicológicas e sociais que essas meninas vitimadas enfrentam no decorrer de suas vidas tornou-se motivação significativa para esta pesquisa, com o objetivo de contribuir para o processo de tomada de consciência e a busca de mecanismos de superação e empoderamento dessas mulheres.

A estrutura desta monografia foi organizada de forma a proporcionar uma compreensão aprofundada e sistemática do tema abordado. Após a introdução, objetivos e justificativa, será apresentado o primeiro capítulo, intitulado *"Poder, Patriarcado e Violência de Gênero: Desvendando as Tramas do Abuso Sexual Infantil"*. Nele será discutido, a partir da teoria de Saffioti, o entrelaçamento entre a violência de gênero e o patriarcado, abordando como essa complexa dinâmica manifesta-se no abuso sexual infantil intrafamiliar. A análise considerará a

forma como as relações familiares são indissociavelmente moldadas pela estrutura de poder masculina, que tem historicamente contribuído para a subordinação e a reificação do feminino.

O segundo capítulo, intitulado "*A Interação entre Ambiente, Desenvolvimento e Vivência: Perspectivas da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski*", focará no conceito de *perejivanie* e na maneira como as vivências emocionais de meninas vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar são moldadas pelo meio, à luz do conceito de vivência de Vigotski com o objetivo de investigar como o abuso sexual infantil intrafamiliar pode influenciar os relacionamentos amorosos das mulheres vitimadas por esse tipo de violência, examinando as repercussões das experiências abusivas na vida adulta. Logo após, o terceiro capítulo trará o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa, detalhando etapas e abordagens utilizadas ao longo do estudo. Adiante, o quarto capítulo, *Resultados e discussão*, trará os dados encontrados, bem como a discussão a respeito do tema. Por fim, concluir-se-á esta monografia com algumas considerações finais, nas quais serão sintetizados os principais resultados e reflexões acerca da temática abordada.

4 PODER, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DESVENDANDO AS TRAMAS DO ABUSO SEXUAL

“Toda a minha vida eu tive que brigar. Eu tive que brigar com meu pai. Tive que brigar com meus irmão. Tive que brigar com meus primo e meus tio. Uma criança mulher num tá segura numa família de homem.”

Celie, A cor Púrpura

Este capítulo aborda temas relacionados à violência, às relações de gênero e ao patriarcado, analisando como esses elementos influenciam a vivência do abuso sexual na infância e adolescência dentro do contexto familiar.

A violência em si, a partir da definição concebida por Chauí (1984), configura-se como uma relação de forças que se manifesta em duas posições antagônicas: de um lado, a dominação, e, de outro, a coisificação. A dominação, nesse contexto, é entendida como o exercício de poder que submete um indivíduo ou grupo ao controle de outro, restringindo sua autonomia e impondo-lhe uma hierarquia de poder. Já a coisificação, refere-se ao processo pelo qual o ser humano, em sua totalidade subjetiva e moral, é reduzido a um objeto, perdendo, dessa maneira, sua condição de sujeito para ser tratado apenas como coisa, desprovido de valor ou direitos intrínsecos.

Essa concepção de violência vai além da ideia tradicional a qual concebe apenas agressão física ou verbal, uma vez que ela está associada a uma estrutura social de poder que desumaniza e submete os indivíduos. A violência, assim, não é apenas um ato de agressão explícita, mas uma dinâmica social que opera na desigualdade de relações, em que um grupo ou indivíduo exerce o poder de maneira opressiva sobre o outro, destituindo-o de sua subjetividade e dignidade. Esse processo de coisificação é particularmente significativo, pois implica uma negação da humanidade do outro, transformando-o em um objeto manipulável, sem direitos e sem voz ativa. Portanto, a violência constitui-se como um sistema estrutural, que não apenas se manifesta em ações diretas de opressão, mas também nas relações cotidianas que perpetuam desigualdades e hierarquias, seja no âmbito das relações de gênero, classe ou etnia (CHAUÍ, 1984).

A discussão sobre gênero tem raízes profundas na história, remontando a séculos de análise sociocultural que questiona as normas e expectativas impostas. Desde os movimentos feministas do século XIX até as teorias contemporâneas sobre masculinidade, a compreensão

das desigualdades de gênero tem evoluído, destacando como as construções sociais de gênero se entrelaçam com práticas de violência. A socióloga marxista brasileira Heleieth Saffioti (1987), em seu livro “O Poder do Macho”, oferece uma reflexão profunda sobre a construção das identidades de gênero e sua relação inerente com a violência, especialmente a violência sexual.

A categoria gênero surge, neste trabalho, como uma importante classe teórica, especialmente quando se verifica, nos registros de violência, a prevalência do abuso sexual infantil, vitimando predominantemente meninas, enquanto os perpetradores do abuso são, em sua maioria, homens. Dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2024 (Brasil, 2024) ratificam esse cenário ao mostrar que “76,8% das notificações ocorreram entre meninas [...] Sobre os agressores, a maior parte era do sexo masculino” (p. 4). Dessa forma, é incontroverso que a violência de gênero se configura como uma manifestação extrema das dinâmicas de poder e dominação masculina que permeiam e estruturam as relações familiares.

Cabe pontuar que a violência de gênero não é um fenômeno arbitrário, mas uma construção social que privilegia o sexo masculino. Trata-se de um conjunto de ideias e comportamentos que reforçam e perpetuam a ideia de inferioridade feminina, legitimando sua subordinação. Esse processo ideológico é essencial para a manutenção das desigualdades de gênero, normalizando relações de poder desequilibradas e perpetuando a violência, não apenas contra mulheres, mas também contra qualquer pessoa que desafie identidades de gênero arbitrárias (SCHREINER, 2008).

Dessa maneira, violência de gênero é compreendida não apenas como agressões físicas, mas também como violências psicológicas, simbólicas e sexuais, é expressão extrema da subordinação feminina e da objetificação do corpo da mulher. O abuso sexual, nesse contexto, surge não somente como um ato de agressão física, mas como uma manifestação direta dessa estrutura de desigualdade, na qual o corpo da mulher é frequentemente visto como um território a ser dominado e controlado (MOREÍ, RIBEIRO-LEANDRO e LEONIDAS, 2019). Ao longo deste capítulo, serão discutidos os fatores históricos, culturais e sociais que sustentam essas formas de violência, com o objetivo de oferecer uma análise crítica sobre a urgência de políticas públicas eficazes para a prevenção e o enfrentamento das violências de gênero.

O pacto que organiza as sociedades modernas encontra sua fundamentação no conceito de “contrato sexual”, entendido como a manutenção das disparidades de poder entre os sexos, baseado na ideia de que a superioridade política masculina é natural e intrínseca à estrutura social. Essa hierarquia de gênero é sustentada por um acesso sistemático, e frequentemente irrestrito, dos homens aos corpos das mulheres (SAFFIOTI, 1987). Nesse sentido, o contrato

sexual que submete as mulheres à autoridade masculina está indissociavelmente vinculado ao contrato social, no qual as normas e as estruturas de poder que moldam a convivência social reiteram e perpetuam tais desigualdades (MIGUEL, 2017).

De acordo com Lima (2012), uma das explicações para a prevalência do domínio masculino sobre as mulheres reside no registro social do patriarcado, sendo ele

um sistema de relações sociais em que situa-se em pólos distintos o subordinado e o dominador, em que a autoridade é conferida ao homem cabendo a mulher o dominado. À esse patriarcado se agrega caracteres do adultocentrismo, que refere a dominação exercida não somente pelo sujeito homem, mas por um homem adulto sobre a criança ou adolescente (LIMA, 2012, p.57).

Para uma compreensão mais aprofundada da violência de gênero, é fundamental analisar a origem e a construção dos papéis de gênero na sociedade. As categorias "masculino" e "feminino" não são naturais ou biológicas, mas sim construídas socialmente ao longo da história, com base em normas e expectativas que foram sistematicamente estabelecidas e reforçadas por instituições como a família, a religião, o sistema educacional e o mercado de trabalho (SCHREINER, 2008). Nesse contexto, a natureza humana é moldada por intervenções socioculturais, uma vez que os fenômenos naturais são socialmente elaborados e transformados, como observa Saffioti (1987), destacando a humanização da natureza.

É próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a natureza daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais. A natureza traz crescentemente a marca da intervenção humana, sobretudo nas sociedades de tecnologia altamente sofisticadas. Há, portanto, ao longo da história, uma humanização da natureza, uma domesticação da natureza por parte do ser humano (SAFFIOTI, 1987, p.10).

A violência de gênero deve ser entendida como uma expressão das dinâmicas de poder presentes nas relações familiares. A luta pela igualdade de gênero está, em última instância, ligada ao combate a essas desigualdades históricas e à violência que delas decorre (SAFFIOTI, 1987). A família, enquanto instituição primária de socialização, desempenha um papel fundamental na construção e na reprodução de normas de gênero, dividindo papéis de forma que meninas são incentivadas à passividade e submissão, enquanto meninos são estimulados a exibir liderança e domínio. Essa divisão estabelece as bases para a violência e a opressão, especialmente quando internalizadas desde a infância (FAGUNDES, 1991).

A religião também exerce forte influência na construção dessas normas, muitas vezes apoiando e legitimando a desigualdade entre homens e mulheres. Muitas tradições religiosas associam a figura masculina à autoridade divina, enquanto a mulher é retratada como submissa, responsável pela pureza e pelo cuidado da família. Doutrinas religiosas que enfatizam a

submissão feminina reforçam a ideia de que a mulher deve aceitar sua subordinação, tanto na sociedade quanto no casamento. Essas doutrinas pregam que a mulher é destinada à maternidade, considerando que tudo o que ela possa fazer além desse papel é secundário e complementar às atividades masculinas (SAFFIOTI, 1987).

Nesse contexto, a sexualidade feminina e o corpo da mulher são frequentemente vistos como propriedade do pai ou do marido, com a mulher sendo vista como responsável pela reprodução e prazer do homem. A violência doméstica, em muitos casos, é justificada por essas interpretações, que deslegitimam o direito das mulheres de resistir a comportamentos abusivos. Assim, a religião, em certas situações, não só reforça a ideia de inferioridade feminina, mas também dificulta a ruptura com o ciclo de violência, ao pregar o perdão e a tolerância em detrimento da proteção da mulher (SCHREINER, 2008).

O sistema educacional, por sua vez, também tem um papel central na formação das ideias sobre gênero e poder. Desde cedo, as escolas reforçam estereótipos de gênero por meio de currículos, materiais didáticos e interações entre professores e alunos. Corriqueiramente, meninas são incentivadas a seguir carreiras "suaves" ou "cuidadoras", enquanto os meninos são direcionados para áreas associadas à liderança, ciência e tecnologia. Além disso, a violência de gênero muitas vezes permanece invisível dentro das escolas, com o assédio sexual, o bullying e a discriminação contra meninas e mulheres sendo frequentemente ignorados ou mal abordados.

Em muitos contextos, a cultura do silêncio em relação ao abuso sexual e à violência doméstica é alimentada pela falta de preparo dos educadores para lidar com esses temas de forma sensível e eficaz. Ao invés de questionar as normas sociais que sustentam a desigualdade de gênero, o sistema educacional geralmente reforça essas normas, preparando as crianças para ocupar papéis preestabelecidos na sociedade, sem reflexão crítica sobre as relações de poder. Esse processo de socialização escolar contribui para a perpetuação de uma cultura que tolera, e até naturaliza, a violência de gênero, dificultando as mudanças necessárias para uma sociedade mais igualitária (FAGUNDES, 1991).

Compreende-se, portanto, que

...não há sustentação teórica para se atribuir a fatores naturais os determinantes de comportamentos agressivos dos homens e da submissão das mulheres. As explicações para tal fenômeno são de corte social, e também contribuem para isso: a educação, os costumes e os meios de comunicação (desde os mais primitivos), pois criam e preservam estereótipos reforçadores da ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (SOUZA, 2006, p. 35).

Essa construção social permite que a cultura perpetue a ideia de que o homem deve exercer controle e dominação sobre a mulher. No caso do abuso sexual infantil, essa dinâmica se intensifica, uma vez que muitas vezes as crianças, especialmente as meninas, são vistas como objetos de desejo e submissão à vontade masculina. Saffioti (1987) aponta que o poder masculino se manifesta não apenas nas relações amorosas, mas também em contextos mais amplos, como nas relações familiares e sociais. O abuso sexual infantil, então, pode ser interpretado como uma extensão dessa dinâmica de poder, onde o homem exerce sua suposta superioridade física e social sobre a criança.

Além disso, a autora discute como a ideologia da inferioridade feminina é reforçada através de discursos que anulam a experiência e os desejos das mulheres. Essa deslegitimação se aplica também às crianças, que são frequentemente silenciadas e não têm suas vozes ou desejos considerados. O abuso, nesse sentido, não é apenas um ato de violência, mas também uma reafirmação do poder masculino que desumaniza e anula a individualidade da vítima (SAFFIOTI, 1987).

Por outro lado, a análise do poder masculino em relações sexuais implica que o prazer é frequentemente um conceito unilateral. O homem, ao dominar a relação, pode buscar a satisfação de seu desejo sem considerar a reciprocidade ou o prazer da mulher. Isso leva a uma sexualidade empobrecida, onde a verdadeira conexão e o prazer mútuo são negados, refletindo a própria violência do ato abusivo (SAFFIOTI, 1987).

Em síntese, o abuso sexual infantil pode ser compreendido como uma manifestação extrema da dinâmica de poder entre gêneros, onde a construção social da masculinidade se impõe à vulnerabilidade da criança. A cultura que privilegia a força e o controle dos homens cria um ambiente em que a exploração de indivíduos vulneráveis se torna uma possibilidade real e alarmante. Por meio de generalizações, uma "verdade" vai sendo construída, estabelecendo diferenças entre homens e mulheres que, embora socialmente construídas, são gradualmente naturalizadas, adquirindo o status de verdades absolutas e definitivas. Essa construção social das diferenças de gênero não apenas perpetua a desigualdade, mas também alimenta um ciclo de violência intergeracional. Crianças que sofrem abuso muitas vezes enfrentam traumas profundos que afetam suas futuras relações e comportamentos, levando à normalização da violência nas interações pessoais e reforçando a ideia de que a dominação e o controle são comportamentos aceitáveis (SAFFIOTI, 1987).

Essa desvalorização da força e das capacidades das mulheres está profundamente entrelaçada com a ideologia machista e misógina que perpetua a ideia de inferioridade feminina. Ao rotular as mulheres como "fracas" ou "menos capazes", tal ideologia não apenas minimiza

suas contribuições, mas também justifica a desigualdade em esferas como o mercado de trabalho, a política e a vida familiar. Essa construção social limita o potencial das mulheres e impede que elas ocupem posições de liderança, reforçando a subordinação e a dependência. Além disso, essa narrativa não afeta apenas as mulheres; ela também priva os homens da possibilidade de expressar vulnerabilidades e sensibilidade, ao posicionar um ideal de masculinidade que exige a repressão de emoções consideradas "fracas" (SAFFIOTI, 1987).

Saffioti (1987), portanto, nos convida a repensar essas construções sociais e a desafiar as normas que sustentam a hierarquia de gênero. Para avançar em direção a uma sociedade mais equitativa, é essencial reconhecer e valorizar as capacidades tanto femininas quanto masculinas, promovendo um diálogo que desconstrua a ideia de superioridade física e abra espaço para uma compreensão mais ampla das diferentes formas de poder e competência. Essa mudança não só beneficiaria as mulheres, mas também contribuiria para um ambiente onde todos os indivíduos possam prosperar, independentemente de gênero.

A questão do abuso sexual, conforme discutida, serve como um exemplo extremo da imposição do poder masculino. O ato de violentar uma mulher contraria sua vontade e, ao mesmo tempo, busca reafirmar a dominação masculina. Essa ação não é apenas uma violação física, mas também uma negação do desejo e da autonomia da mulher, refletindo uma cultura que frequentemente reduz a mulher a um objeto do desejo masculino. Aqui, Saffioti (1990) conecta a violência sexual à construção da masculinidade, onde a afirmação de poder é priorizada em detrimento do prazer e da reciprocidade nas relações.

A nocividade da ideologia machista se estende ao próprio homem, que é obrigado a reprimir sua sensibilidade e a se conformar a um ideal de sucesso que, muitas vezes, é inatingível. Isso é evidenciado no fenômeno do desemprego, o qual tem impactos profundos e negativos em toda a população, no entanto, são os homens os mais afetados por essa realidade, uma vez que, historicamente, lhes foi atribuída a responsabilidade de prover as necessidades materiais da família. Esse papel de provedor, tradicionalmente associado à figura masculina, desempenha um papel central na construção da virilidade do homem, sendo um dos elementos mais significativos na definição do que é considerado "macho" dentro da sociedade. A perda dessa função, portanto, não apenas compromete a estabilidade econômica familiar, mas também ameaça a identidade masculina, uma vez que o homem, ao não poder cumprir essa expectativa social, enfrenta uma crise de papel e de valor em termos de sua posição no núcleo familiar e na sociedade. O perigo reside no fato de esse sentimento de impotência ser gerador de violência (SAFFIOTI, 1987).

Essa pressão para se encaixar em um molde rígido de masculinidade pode resultar em comportamentos autodestrutivos, como a violência doméstica, onde homens, frustrados por suas próprias limitações, acabam projetando sua dor e impotência sobre aqueles que estão mais próximos e submissos a ele, como, por exemplo, esposa e filhos (SAFFIOTI, 1987).

A partir das contribuições de Saffioti (1987), fica evidente que a violência de gênero não se limita à violência contra a mulher, podendo também ser praticada contra crianças e adolescentes. Sendo assim, é inegável que o abuso sexual infantil se trata de uma manifestação do poder do macho. Com isso, a estrutura familiar, tradicionalmente vista como espaço de proteção e cuidado, pode, na realidade, tornar-se um ambiente de controle e opressão, onde os abusos são silenciados e minimizados devido a uma cultura que prioriza a manutenção da honra e da imagem do agressor em detrimento da proteção da vítima. Essa situação é exacerbada pela crença de que o homem é o chefe da família, cuja autoridade não deve ser questionada, levando a um ambiente em que a vítima, por vezes uma criança, se encontra sem meios para agir ou para dar voz à denúncia da violência que sofreu.

5 A INTERAÇÃO ENTRE AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E VIVÊNCIA: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKI

*“É melhor você nunca contar pra ninguém, só
pra Deus. Isso mataria sua mamãe.
Querido Deus, Eu tenho quatorze ano. Eu sou .
Eu sempre fui uma boa minina. Quem sabe o
senhor pode dar um sinal preu saber o que tá
contecendo comigo.”
Celie, A cor púrpura.*

A Teoria Histórico-Cultural proposta por Vigotski constitui abordagem imprescindível no que se refere à compreensão do desenvolvimento humano, sobretudo no que diz respeito ao psiquismo e à formação da consciência. Vigotski concebe as funções psicológicas como um ponto de partida para explicar o desenvolvimento do ser humano, sendo estas classificadas em dois tipos: as funções elementares e as funções psicológicas superiores (VEER & VALSINER, 1996).

No que se refere às funções psicológicas elementares, elas possuem origem biológica, são automáticas, involuntárias e imediatas, como percepção sensorial, reflexos e impulsos, e não exigem mediação social, sendo essenciais para a sobrevivência e adaptação ao ambiente. Já as superiores, as quais distinguem os seres humanos de outros animais, surgem por meio de um longo processo de mediação sociocultural e envolvem capacidades cognitivas mais complexas, tais como pensamento abstrato, memória voluntária, resolução de problemas, raciocínio lógico, atenção e linguagem, sendo adquiridas por meio da interação social e internalização das práticas culturais (VIGOTSKI et al, 2017).

No texto "Terceira aula. O estudo da hereditariedade e do meio na pedologia", Vigotski (2018) propõe uma visão dialética do desenvolvimento infantil, defendendo que o desenvolvimento humano não pode ser explicado apenas pela genética ou pelo ambiente de maneira isolada. O autor vê o desenvolvimento das funções psicológicas como sendo uma interação entre esses dois fatores, mediada pela cultura, pela linguagem e pelas interações sociais. Além disso, enfatiza a ideia de que o meio ambiente social tem um papel fundamental na transformação das funções cognitivas da criança.

O estudo da obra citada acima propõe que, à medida que as funções psicológicas se tornam mais complexas, elas deixam de ser predominantemente determinadas pela hereditariedade. Em vez disso, fatores ambientais, como a educação e a experiência de vida, começam a ter um papel mais significativo. A implicação teórica disso é que o desenvolvimento humano não é apenas uma realização das tendências hereditárias, mas um processo dinâmico no qual surgem novas características e qualidades, as quais são frequentemente mediadas pelas condições sociais e históricas (VIGOTSKI, 2018).

Lima (2012) argumenta que Vigotski buscava tornar a consciência um objeto concreto de investigação para a Psicologia, considerando-a fundamental para a compreensão do comportamento humano. Para ela, o autor entende a consciência com base na interpretação dos aspectos individuais que se desenvolvem a partir das interações sociais, funcionando, portanto, como um elo entre a experiência social e as manifestações psicológicas do indivíduo. Dessa maneira, infere-se que o desenvolvimento da consciência humana é um processo dialético que ocorre entre o mundo externo e o mundo interno, entre a realidade objetiva e a subjetividade do indivíduo. Nessa dinâmica, a *perejivanie*³ refere-se às experiências emocionais radicais que causam impacto no desenvolvimento psicológico, especialmente aquelas que alteram profundamente a forma como o sujeito relaciona-se com o outro e consigo mesmo (CAPUCCI e SILVA, 2018).

Vigotski et al (2017), elucida que a pedologia, enquanto ramo do conhecimento, dedica-se ao estudo do desenvolvimento infantil, focando, principalmente, na análise do ambiente e das interações que este estabelece com a criança ao longo do seu crescimento. Seu objeto de estudo, portanto, não é apenas o ambiente físico em que a criança está inserida, mas, principalmente, a relação que se desenvolve entre esse ambiente e a criança em diferentes estágios do desenvolvimento. A pedologia investiga como o ambiente, ao modificar-se, exerce diferentes influências sobre a criança, levando em conta o papel da percepção e da vivência desse indivíduo, isto é, como ela experimenta e interpreta esse ambiente de acordo com suas capacidades e necessidades em cada fase da vida. Portanto,

para compreender adequadamente o papel que o ambiente desempenha no desenvolvimento da criança é sempre necessário, se é que se pode dizer assim, abordar o ambiente não como um parâmetro absoluto, mas como um critério relativo. Ao mesmo tempo, o ambiente não deve ser considerado uma condição do desenvolvimento que puramente determina, de forma objetiva, o desenvolvimento de

³A palavra russa em Vigotski e autores como Rubinstein e Vasiliuk é "переживание" - "perejivanie". Há várias traduções: "experiência"; "experiência emocional"; "experiência vital"; "vivência"; "emoção"; "aflição"; "provação"; entre outras. "Vivência" é a opção da edição espanhola das Obras Escolhidas de Vigotski. Pode ser boa opção, por ter relação com "vida", e "perejivanie" em russo tem a ver com o verbo arcaico "jivat" = viver. (DELARI JUNIOR, 2009)

uma criança por conter certas qualidades ou características, mas sempre se deve abordar o ambiente da perspectiva da relação que existe entre a criança e seu ambiente em determinado estágio do seu desenvolvimento (VIGOTSKI et al, 2017, p.16).

Nessa perspectiva, para a pedologia, o ambiente modifica-se conforme a criança cresce e se desenvolve. Dessa maneira, posto que a interação entre criança e ambiente é dinâmica e está em constante evolução, o papel que esse meio exercerá ao longo do tempo não será o mesmo. À medida que a criança amadurece, o seu entendimento e a sua relação com os elementos do ambiente também se transformam e isso altera tanto o significado quanto o papel desses elementos no seu desenvolvimento. Isso ocorre devido a um processo gradual de ampliação do ambiente, por meio do qual a criança vai descobrindo e incorporando à sua vivência, sendo um ponto central para a compreensão do desenvolvimento infantil (VIGOTSKI et al, 2017).

No entanto, para compreender de maneira adequada a influência do meio no desenvolvimento infantil, é essencial considerar a forma única com que a criança vivencia esse ambiente. É nesse ponto que o conceito de *perejivanie* torna-se relevante. O termo *perejivanie*, que pode ser traduzido como "vivência" ou "experiência emocional", refere-se ao processo psíquico pelo qual a criança internaliza e atribui significado ao seu ambiente com base em sua própria percepção, características pessoais e estágio de desenvolvimento que se encontra. De acordo com Vigotski, a *perejivanie* não se limita a uma experiência emocional passageira, mas constitui uma unidade psíquica, uma vivência profunda e duradoura, a qual envolve tanto aspectos externos da situação quanto a forma interna pela qual a criança a percebe e integra-a em seu universo psicológico (VIGOTSKI et al, 2017).

Para ilustrar de maneira clara como cada criança vivencia o ambiente de forma única, de acordo com sua idade e contexto, apresento um caso clínico de três irmãos que chegaram ao consultório de Vigotski. Essas crianças vivem sob o impacto dos comportamentos abusivos da mãe, que consome álcool e sofre de transtornos psicológicos. As crianças enfrentam um ambiente de violência, com a mãe agressiva e imprevisível. Mas apesar de compartilharem o mesmo contexto familiar, “cada uma delas apresenta um quadro completamente diferente de disfunção de desenvolvimento, causado pela mesma situação. As mesmas circunstâncias resultam em um quadro totalmente diferente para as três crianças” (VIGOTSKI et al, 2017, p.19).

A criança mais nova desenvolve sintomas neuróticos, como medos, enurese e gagueira, devido ao terror constante. A segunda criança vivencia um "estado de conflito interno", caracterizado por um amor ambivalente pela mãe, misturado com medo e raiva, o que gera um

comportamento contraditório, ora buscando estar perto dela, ora demonstrando temor em relação à sua figura. Já a criança mais velha, com uma capacidade cognitiva limitada, assume um papel de "cuidador" na família, tentando proteger os irmãos e controlar a mãe. Embora entenda a situação da mãe e se coloque como responsável por cuidar da família, essa criança tem o curso do seu desenvolvimento alterado, já que não consegue vivenciar uma infância com interesses normais e apropriados à sua idade (VIGOTSKI et al, 2017).

O exemplo acima evidencia como uma mesma situação de abuso pode afetar de maneiras distintas cada criança, dependendo da sua idade, maturidade e percepção da realidade. As experiências individuais de cada criança influenciam diretamente seu desenvolvimento psicológico e suas reações ao contexto familiar, é por essa razão que todas as especificidades do meio são apresentadas na vivência, assim como os elementos internos da própria personalidade. (VIGOTSKI et al, 2017).

Sendo a *perejivanie* uma combinação entre o que a criança vivencia no ambiente e como ela interpreta essa vivência com base em seu próprio contexto psicológico e emocional. Em outras palavras, a criança não é apenas um receptáculo passivo das influências externas, mas sim um ser ativo que interpreta e internaliza as experiências, moldando sua personalidade e suas capacidades cognitivas e emocionais. Para o autor, esse processo é fundamental, visto que é a partir da *perejivanie* que se estabelecem as bases para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como linguagem, memória, atenção e raciocínio abstrato (VIGOTSKI et al, 2017).

O desenvolvimento humano é indissociável do ambiente social e cultural em que a criança está imersa, sendo este último um elemento fundamental na formação das qualidades humanas específicas. De acordo com sua teoria, as funções psicológicas superiores não surgem de forma isolada ou puramente biológica, mas são fruto de um processo contínuo de interação com o meio social no qual o indivíduo está inserido. Nesse contexto, a linguagem, por exemplo, não é uma habilidade criada de forma individual pela criança, mas sim uma função social que se desenvolve gradualmente por meio da interação com os pares (VIGOTSKI et al, 2017).

No início, a linguagem cumpre um papel externo, como um instrumento de comunicação com o ambiente social. Com o tempo e a internalização das interações sociais, no entanto, a fala transforma-se em um processo psicológico interiorizado e isso permite à criança não apenas comunicar-se, mas também refletir, organizar pensamentos e conceber o mundo de maneira mais abstrata. Esse processo de interiorização da linguagem exemplifica como as funções psicológicas superiores são adquiridas ao longo do desenvolvimento (VIGOTSKI et al, 2017). Facci (2004) pontua que

Até mais ou menos os 18 meses, a criança ainda não consegue descobrir as funções simbólicas da linguagem, que é uma operação intelectual consciente e altamente complexa. Por volta dos dois anos, a criança apresenta grande evolução da linguagem, dando início a uma forma totalmente nova de comportamento, exclusivamente humana. Inicia-se a formação da consciência e a diferenciação do “eu” infantil (FACCI, 2004, p.5).

Para Toassa e Souza (2010), a consciência das vivências é o processo pelo qual uma pessoa toma consciência ou, em outras palavras, torna-se ciente dos seus próprios processos internos e experiências. Posto isso, para as autoras

A linguagem é o laço que relaciona os conceitos de tomada de consciência (no sentido da relação de compreensão que estabelecemos com algo) e vivência. Expliquemos: a generalização das vivências na linguagem é central para a tomada de consciência, ou seja, o fato de se tornarem objeto da linguagem é um aspecto novo emergente no desenvolvimento, e que exerce uma transformação significativa nas relações sociais—pois a criança torna-se consciente não apenas dos objetos e das outras pessoas, mas também de si mesma. Atribui sentido e adquire conceitos sobre seus afetos peculiares, e, na perspectiva histórico-cultural, esse é o principal fundamento do processo de tomada de consciência (TOASSA e SOUZA, 2010, p.14)

Em síntese, a pedologia, ao investigar o desenvolvimento infantil, busca compreender a complexa interação entre a criança e o ambiente, considerando como a criança percebe e vivencia esse ambiente ao longo de sua trajetória de crescimento. O conceito de *perejivanie*, conforme a teoria vigotskiana, fornece uma abordagem essencial para entender como a criança internaliza suas experiências e de que maneira essas experiências influenciam seu desenvolvimento psicológico e emocional (VIGOTSKI et al, 2017).

A interação entre a forma primária da criança e a forma ideal ou final do ambiente configura uma dinâmica única, responsável pela construção das funções psicológicas superiores, as quais são cruciais para a formação da personalidade e do comportamento infantil. Dessa maneira, tanto a pedologia quanto o conceito de *perejivanie* ressaltam a importância do ambiente no desenvolvimento humano, mas enfatizam que é a interação entre a criança e o ambiente, mediada pela sua vivência, que efetivamente determina o curso desse desenvolvimento (VIGOTSKI et al, 2017).

Ponto central para compreender o curso do desenvolvimento infantil, bem como seus estágios, é a periodização do desenvolvimento psicológico proposta por Vigotski. Essa periodização fundamenta-se pela ideia de que o desenvolvimento infantil não se dá de maneira linear, mas sim por meio de períodos de crises e transformações significativas, que o autor bielorrusso via como momentos essenciais e positivos para o avanço do psiquismo humano. A transição de uma fase de desenvolvimento infantil para outra é caracterizada por uma crise, por um ponto de virada que traz consigo mudanças profundas tanto na personalidade quanto no comportamento. Embora essas crises possam ser marcadas por dificuldades e conflitos, elas são

vistas como fundamentais para a construção da personalidade e o amadurecimento psicológico da criança (CARAM, 2009).

É necessário frisar que as crises no desenvolvimento infantil ocorrem devido a transformações internas, e não por fatores externos específicos, embora a mediação do ambiente e dos adultos desempenhe um papel essencial no bom encaminhamento das fases de desenvolvimento. Além disso, as crises são frequentemente caracterizadas por três peculiaridades principais: primeiro, pela indefinição dos limites entre o início e o fim do período de crise, que surge de forma gradual e imperceptível; segundo, pela tendência das crianças a se tornarem mais difíceis de lidar durante esses momentos, causando conflitos com os adultos e seus pares; e, por último, pela sensação de destruição e desobediência, a criança apresenta resistência, especialmente em relação aos adultos e à estrutura social em que está inserida (CARAM, 2009).

A autora Caram (2009) pontua que, de acordo com Vigotski, a crise é um momento decisivo de transformação, apesar de apresentar alguns aspectos negativos de comportamentos regressivos. Assim como para Vigotski, a autora acredita que a crise não deve ser vista como um sintoma de patologias ou de evolução negativa, mas sim como um momento revolucionário e necessário para a reconfiguração da psique infantil. Na periodização do desenvolvimento infantil, há seis grandes crises das idades, cada uma correspondendo a uma fase da vida da criança.

Caram (2009) pontua ainda que,

a fim de evitar uma interpretação errônea, explica mais minuciosamente esta periodização proposta por Vygotski e seus colaboradores. Para eles, o processo de desenvolvimento infantil é marcado pelo diálogo entre o desenvolvimento biológico e o cultural. Esclarecendo, a periodização do desenvolvimento infantil não é equivalente às etapas do desenvolvimento biológico, ou seja, não se deve delimitar de forma rígida os períodos das crises de acordo com a faixa etária (CARAM, 2009, p.38).

A primeira crise é a pós-natal (do nascimento ao primeiro ano), que envolve a adaptação à vida fora do útero, com o bebê aprendendo a respirar, mamar e interagir. Depois, tem-se a crise do primeiro ano (de um a três anos), na qual destaca-se o início do domínio da linguagem e da locomoção, características essenciais para a comunicação. A crise dos três anos (de três a sete anos), caracterizada pela afirmação da individualidade e pelo desenvolvimento da personalidade. A crise dos sete anos (de sete a doze anos), está relacionada à escolarização formal e envolve a busca por independência e entendimento social. A crise dos treze anos (de treze a dezoito anos) marca a transição para a adolescência, com a construção da identidade e a maturação sexual. Finalmente, a crise dos dezessete anos é uma fase de transição para a vida

adulta, focada na definição de projetos pessoais e preparação para o futuro. Essas crises são momentos críticos que impulsionam o desenvolvimento psicológico e social da criança (CARAM, 2009).

Dentre todos esses estágios, o mais importante tanto para efeitos desta pesquisa quanto por ser um marco no desenvolvimento infantil é a crise dos sete anos, pois representa um ponto de inflexão no desenvolvimento infantil, marcado por transformações significativas tanto no âmbito biológico quanto psicológico. Nesse período, a criança atravessa uma transição que implica mudança na personalidade, sendo a perda de espontaneidade um dos aspectos mais visíveis dessa fase, pois a criança começa a desenvolver uma organização consciente de suas vivências, o que significa dizer que ela passa a generalizar suas experiências e atribuir-lhes sentido emocional. A criança passa a compreender de maneira mais clara e estruturada sentimentos como a tristeza, a felicidade e o tédio, fator que contribui significativamente para o seu desenvolvimento emocional e cognitivo. Essa reorganização das vivências marca o início de uma nova percepção de si mesma, que vai além da visão de indivíduo isolado, permitindo-lhe se perceber também na perspectiva do outro, o que é crucial para o desenvolvimento da autonomia (DELARI JUNIOR, 2009).

O intelecto desempenha um papel central nessa transformação. É o desenvolvimento das capacidades intelectuais da criança que possibilita a generalização e a organização lógica das suas experiências, permitindo-lhe não apenas compreender as emoções, mas também dar sentido a elas. Esse processo de estruturação do pensamento e das emoções contribui para o desenvolvimento do amor próprio e para uma percepção mais complexa de si mesma. Além disso, a vivência de cada experiência está intimamente relacionada ao histórico de desenvolvimento da criança, o que implica que cada novo acontecimento não pode ser compreendido de maneira isolada, mas deve ser analisado à luz das experiências anteriores que compõem sua personalidade. Assim, a crise dos sete anos não apenas representa uma mudança pontual, mas uma reconfiguração do processo de subjetivação da criança (DELARI JUNIOR, 2009).

A crise dos sete anos marca, portanto, uma mudança importante no desenvolvimento emocional e psicológico da criança, pois é nesse momento que ela começa a vivenciar uma batalha interna entre sentimentos contraditórios, decorrente da diferenciação entre seu "interior" (pensamentos e emoções) e o "exterior" (ambiente e interações sociais). Antes dessa fase, as crianças não enfrentam esse tipo de conflito interno — por exemplo, ao escolher entre doces maiores ou menores, a decisão não gera um grande dilema emocional. No entanto, com a crise dos sete anos, essa luta interna se torna mais complexa, à medida que a criança começa a

reconhecer e refletir sobre vivências opostas e sentimentos contraditórios, desenvolvendo a capacidade de avaliar suas experiências de forma mais profunda (DELARI JUNIOR, 2009).

Durante essa fase, a criança começa a lidar com sentimentos contraditórios, como, por exemplo, o amor e o medo simultâneos. Esse tipo de experiência internalizada pode ser influenciado por várias condições, como a idade em que esses sentimentos são vividos e como a criança interpreta e elabora essas vivências. No caso de uma criança que, como no exemplo, têm sentimentos ambivalentes em relação à figura materna — amando-a, mas também temendo-a devido aos comportamentos abusivos ou imprevisíveis — ela começa a desenvolver uma complexa dinâmica emocional. Essa luta interna entre sentimentos opostos, como o amor e o medo, pode ser mal interpretada ou mal resolvida, afetando a maneira como a criança lida com as emoções e interações sociais ao longo da vida (MALGARIM e BENETTI, 2011).

Essa dinâmica de relacionamentos contraditórios pode, por exemplo, ajudar a entender por que muitas mulheres, ao se tornarem adultas, se envolvem em relacionamentos abusivos. A criança que viveu uma relação ambígua com figuras importantes, como a mãe, pode, no futuro, reproduzir esse padrão de afeto conflituoso e nocivo. O amor pode ser confundido com sofrimento ou dominação, e o medo, com proteção, criando um ciclo emocional no qual a pessoa pode sentir uma atração inconsciente por relações que repetem esses padrões de violência emocional e dependência afetiva (LIRA, 2015).

À vista disso, essa categoria relacionada às vivências, a partir da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, com destaque para o conceito de perejivanie, é crucial para entender como o abuso sexual infantil intrafamiliar afeta profundamente as vítimas, pois ela enfoca a experiência subjetiva e a interpretação individual dos eventos vividos pela criança. O abuso sexual, sendo um trauma profundamente enraizado no contexto familiar, não apenas altera o entendimento da criança sobre o que é o afeto, mas também compromete sua capacidade de estabelecer relações saudáveis e de confiança no futuro. Sendo assim, a vivência de uma criança em situação de abuso ou que eventualmente já passou por tal situação pelo menos uma vez, vista a partir da perspectiva vigotskiana, não é apenas uma reação imediata ao abuso, mas um processo contínuo de internalização e resignificação dessa experiência, que molda sua personalidade e suas futuras interações sociais e emocionais (VIGOTSKI et al, 2017).

6 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, caracterizada como um método de investigação que busca reunir e analisar informações já publicadas sobre um determinado tema, a fim de fundamentar teoricamente um estudo ou projeto. Segundo Gil (1991), a realização de uma pesquisa bibliográfica envolve a definição clara do tema de interesse, a coleta de fontes relevantes, como livros, artigos, teses e documentos acadêmicos, e a análise crítica dessas obras, buscando identificar as contribuições e limitações de cada uma. Apesar de a maioria dos estudos exigir algum tipo de pesquisa bibliográfica, existem pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir dessas fontes.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é um processo sistemático que se estrutura em várias fases interligadas. A primeira fase é a escolha do tema, onde o pesquisador define o objeto de estudo, considerando sua relevância e viabilidade. Em seguida, na fase de elaboração do plano de trabalho, são estabelecidos os objetivos, a metodologia e o cronograma da pesquisa. A identificação diz respeito à busca por obras relevantes que abordem o tema escolhido, enquanto a localização envolve encontrar essas obras em bibliotecas ou bases de dados. Após reunir as fontes, inicia-se a compilação, que consiste em organizar o material coletado. O fichamento é a fase em que se registra informações essenciais de cada obra, facilitando a posterior consulta. A análise e interpretação envolvem o exame crítico das informações, estabelecendo conexões e compreendendo o contexto do tema. Por fim, a redação é o momento em que se sistematizam os resultados da pesquisa em um texto coerente, apresentando as conclusões e contribuições do estudo. Cada uma dessas etapas é fundamental para garantir a rigorosidade e a profundidade da pesquisa bibliográfica.

Com relação à natureza da pesquisa, esta será de abordagem qualitativa, destinada a entender e analisar fenômenos complexos e subjetivos que caracterizam a singularidade humana. A pesquisa qualitativa pode fornecer perspectivas e interpretações ricas sobre determinado tema, ajudando a compreender melhor a multiplicidade e a diversidade dos fenômenos estudados. A epistemologia qualitativa e a subjetividade – teoria que será bastante debatida nesta pesquisa também – caminham lado a lado, de modo que as experiências dos pesquisadores orientados por tais metodologias têm se transformado em processos e formações subjetivas que vão além de simplesmente direcionar a produção de conhecimento de maneira construtivo-interpretativa. Elas têm, com efeito, criado recursos subjetivos que impulsionam o desenvolvimento dos próprios pesquisadores (ROSSATO, 2019).

Faz-se interessante pontuar, também, que na pesquisa qualitativa não há a ideia de neutralidade do pesquisador e considera-se o papel de cada sujeito envolvido, bem como a afetividade, a historicidade, a complexidade e a dialeticidade do processo (BARBOSA e ZANELLA 2005). Então, a partir da ideia de que a própria análise dos materiais é influenciada pelo contexto sócio-histórico em que o pesquisador está inserido, Minayo (2014) fala que a investigação de pesquisa qualitativa é como a metáfora de uma pintura, uma vez que a pintura possibilita a representação de uma projeção na qual a realidade é percebida com tonalidades e nuances específicas, onde os objetos e os indivíduos são reimaginados e concebidos por meio de um processo artístico. Dessa maneira, em vez de buscar uma representação precisa da realidade, busca-se elaborar uma obra que expresse a perspectiva do pesquisador sobre a vida dos indivíduos estudados, considerando o contexto sócio-cultural como a base da obra e as experiências e interações sociais dos sujeitos como as cores a serem utilizadas (MINCHONI, 2010).

6.1 Percurso metodológico

Para a condução da pesquisa, serão utilizadas plataformas e ferramentas eletrônicas para a coleta de material. As principais fontes de informação são as bases de dados acadêmicas, como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PepSic) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi), que oferecem acesso a artigos científicos, teses e publicações especializadas. A pesquisa foi realizada em etapas, começando com a seleção de palavras-chave apropriadas que guiarão as buscas em cada plataforma, sendo elas: abuso sexual infantil; abuso intrafamiliar; consequências do abuso; mulheres vítimas; abuso e relacionamentos afetivos. Além disso, serão consideradas páginas institucionais e de entidades reconhecidas na área de estudo, bem como sites especializados e relatórios de organizações que atuam na proteção dos direitos da criança e do adolescente e no combate ao abuso sexual durante a infância, de maneira a complementar as informações coletadas nas bases citadas anteriormente. Assim, o método adotado assegura uma abordagem abrangente e diversificada, contribuindo para a credibilidade e robustez das conclusões do projeto.

Consideramos como critérios de inclusão: trabalhos em língua portuguesa; artigos originais cujo tema aborde o abuso sexual infantil intrafamiliar; artigos que fale sobre as consequências/repercussões do abuso na vida adulta; disponíveis gratuitamente na íntegra. Os

critérios de exclusão empregados foram: trabalhos em língua estrangeira; pesquisas que não estivessem relacionadas ao objeto de estudo; artigos que fogem ao objetivo.

6.2 Análise dos Dados

Conforme mencionado anteriormente, para a análise dos dados coletados nesta pesquisa, foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo Temática de Bardin, escolhida devido à sua eficácia e abrangência na interpretação do material encontrado. Esse método oferece uma estrutura metodológica sólida e flexível, que se adapta a diferentes modalidades de coleta de dados, permitindo a organização e a interpretação dos resultados de maneira clara e objetiva. A aplicação do método seguirá as diferentes etapas da análise de conteúdo, que são estruturadas em três momentos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que abrange a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2016).

A fase da pré-análise consiste na organização inicial do processo, com finalidade de sistematizar as ideias preliminares e estabelecer um plano preciso para o desenvolvimento das operações subsequentes. Conforme Bardin (2016), neste estágio, realiza-se a leitura flutuante do material, seleção dos materiais a serem analisados e elaboração das hipóteses e formulação dos objetivos.

A etapa de exploração do material envolve a codificação, decomposição ou enumeração dos dados, conforme as regras estabelecidas previamente. O processo de tratamento do material é, essencialmente, um processo de codificação. Segundo Bardin (2016), a codificação consiste na transformação dos dados brutos do texto, com o objetivo de elaborar uma representação do conteúdo, facilitando sua análise e interpretação. Nessa etapa, os textos e documentos serão segmentados em unidades de registro, permitindo a identificação de palavras-chave, que constituem a primeira forma de categorização.

Por fim, a terceira fase do processo envolve o tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação dos dados. Nesse estágio, realiza-se a condensação e o destaque das informações relevantes para a análise. A partir dos dados significativos, procedeu-se à formulação de inferências e interpretações alinhadas aos objetivos estabelecidos. Esse é o momento em que se exige intuição, reflexão crítica e análise aprofundada, conforme destacado por Bardin (2016). A partir do processo e categorização surgiram as seguintes categorias de análise: Gênero, violência e dinâmicas familiares, as vivências do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliares e repercussões do Abuso Sexual Infantil nas Relações Amorosas de Mulheres Vítimas.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, portanto, serão apresentados os dados encontrados a partir da pesquisa bibliográfica sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar, com ênfase nas suas consequências para os relacionamentos amorosos de mulheres que foram vítimas. As categorias de análise selecionadas para este estudo são: Gênero, violência e dinâmicas familiares; As vivências do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliares e repercussões do Abuso Sexual Infantil nas Relações Amorosas de Mulheres Vítimas. A combinação dessas categorias permitirá uma análise mais profunda e abrangente das vivências do abuso sexual infantil intrafamiliar e suas repercussões.

7.1 Gênero, Violência e Dinâmicas familiares

Esta categoria versa sobre a interconexão entre gênero, violência e dinâmicas familiares, analisando como estas relações se estruturam em uma base patriarcal profundamente enraizada. Essa estrutura utiliza a objetificação do gênero feminino como mecanismo de perpetuação do poder masculino. A partir da análise do material resultante da pesquisa bibliográfica, observa-se que a violência presente nas dinâmicas familiares está intrinsecamente ligada a esse sistema de relações que subordina a mulher ao homem. Nesse contexto, ao tratar do abuso sexual infantil intrafamiliar, constata-se que esse fenômeno nada mais é do que uma manifestação da violência de gênero. Os dados utilizados para discussão nesta categoria foram extraídos das pesquisas de Sampedro (2019), Lira (2015), Jacob (2009), Lima, (2012), Habigzang et al (2005), Castro e Ribeiro (2023), Krindges e Habigzang (2018) e Castro e Ribeiro, (2023).

Esse resultado corrobora a relação entre o abuso sexual infantil e violência de gênero enraizada na estrutura social. Além disso, o fato de o perpetrador ser, majoritariamente, um membro da família, especialmente uma figura de autoridade como o pai, reforça a ideia de que o ASI no ambiente doméstico é uma manifestação das relações desiguais de poder que estruturam o patriarcado, como proposto por Saffioti (1990).

A estrutura patriarcal, ao perpetuar a subordinação e a objetificação das mulheres, não apenas facilita, mas frequentemente legitima o abuso sexual intrafamiliar, configurando-se como uma manifestação concreta e visível da violência de gênero que permeia as relações familiares e sociais. Exemplo dessa dinâmica pode ser observado no caso explanado por Sampedro (2019), de uma mulher que foi vitimada pelo abuso sexual infantil por parte do seu padrasto e engravidou aos 14 anos. A revelação do abuso ocorreu apenas em virtude da gravidez e, ao tomar conhecimento da situação, a mãe da vítima decidiu romper o vínculo com o

companheiro. No entanto, mesmo assim, a vítima continuou a ser submetida a abusos pelo ex-companheiro da mãe, com quem manteve uma união estável dos 14 aos 33 anos. Essa objetificação pode ser observada no seguinte trecho

Qual é a visão que estas mulheres têm do feminino? Obviamente, em primeiro lugar, como objeto de posse de um masculino, mas também como frágeis, pequenas e submissas ao tipo de afeto que lhes é proposto. É coerente pensar que, para um pedófilo e abusador, relacionar-se com mulheres tão submissas, que o livra do ônus da culpa e que oficializa seu "direito de posse" é algo muito interessante. A coisificação nega a intencionalidade do ser. A mãe se apresenta assim, coisificada. Sua não presença se depreende, além de através de sua não protetividade, pela falta de movimento de autodefesa, sem desejos, sem vontades e afetos reativos. Ela é coisa que se coloca de lado para que "tudo fique bem" (SAMPEDRO, 2019, p. 99).

No excerto acima, a coisificação se manifesta no modo como a mulher é tratada como objeto de posse do homem, no caso específico do abuso sexual. A visão que essas mulheres têm do feminino está imersa em uma concepção de subordinação, fragilidade e passividade, características que fazem parte da construção de um feminino submisso e idealizado pelos perpetradores. A figura da mãe coisificada, como relatado no trecho de Sampedro (2019), não apresenta uma reação protetiva ou defensiva diante do abuso da filha, evidenciando a naturalização da subordinação feminina. Ela não adota uma postura ativa na proteção da filha, tampouco questiona a situação, aceitando passivamente a violência, como se fosse algo inevitável ou parte do curso natural dos acontecimentos. Sendo assim, a violência de gênero perpetua-se em um ciclo, onde as vítimas são reduzidas à condição de objetos, negando sua humanidade e direitos fundamentais (CHAUÍ, 1984). Essa ideia de que homens têm o direito de dominar e controlar suas famílias, bem como postula Saffioti (1987) ao falar sobre o poder do macho, pode ser evidenciada no seguinte trecho:

Em ambos os casos em estudo os abusadores são soberanos, dominando o lar, por exercerem primeiramente o domínio da esposa, que, portanto, passa a não oferecer ameaça à realização de seus prazeres. Muitos membros destas famílias (senão todos) foram ou sofreram tentativa de abuso sexual pelo patriarca (SAMPEDRO, 2019, p.68).

Um aspecto crucial a ser destacado é que, em famílias caracterizadas pela falta de fronteiras claras e pela invisibilização da violência, estabelece-se um ambiente propício para a perpetuação da violência de gênero. Esse cenário dificulta tanto o reconhecimento quanto a interrupção do ciclo de abuso. Nesse contexto, o Abuso sexual infantil intrafamiliar gera repercussões significativas na dinâmica familiar, impactando profundamente as relações interpessoais e desencadeando afastamentos emocionais entre os membros. A vítima, carregada de sentimentos de vergonha e medo, tende a se isolar dos familiares, enquanto os adultos, frequentemente, minimizam ou negam a gravidade do abuso, perpetuando o silêncio e o

distanciamento. Esse afastamento não afeta apenas a vítima, mas compromete toda a estrutura familiar, prejudicando os vínculos afetivos e estabelecendo um ciclo de disfunção que reverbera entre todos os envolvidos. A seguir, apresentamos trechos extraídos do material analisado, os quais evidenciam essa questão nas relações e dinâmicas familiares

o abuso sexual desencadeia um processo de afastamento entre os membros da família, sobretudo entre a mãe e a filha abusada (LIRA, 2015, p.161).

Muitas mães ignoram o abuso que a filha sofre e optam por mantê-lo encoberto, na ilusão de que esta atitude manterá a estabilidade familiar, sendo elas a também guardar o segredo, principalmente por medo de expor um problema familiar, seja por temer as consequências, pelo desejo de manter a família unida ou por dependência emocional e financeira (LIRA, 2015, p.162).

Os excertos a seguir evidenciam o impacto do abuso sexual infantil nas relações familiares, particularmente na interação entre mãe e filha

(...) Antes do abuso minha mãe era boa comigo, mas depois do abuso ela mudou, começou a me agredir com palavras. A gente discutia direto que ela chegou a puxar faca para mim. Com 11 anos eu não aguentava mais a pressão e fugi para a casa do meu pai. Aí passava o fim de semana com ela. Eu chegava e perguntava: mãe, como é que a senhora tá? Ela dizia que tava melhor comigo longe de casa (LIRA, 2015, p.225).

(...) Minha mãe nunca gostou de mim, acho que tem a ver com o abuso pelo meu pai. Ela não era amiga, nunca disse que me amava. Eu já a vi dizendo para os meus irmãos muitas vezes, mas pra mim não, aí ela começou a me espancar entre 8 e 9 anos que foi quando começou o abuso (LIRA, 2015, p.).

[...] meu pai ficava tomava banho com a porta aberta e me chamava para ver nu, aí minha mãe dizia: 'sai daí agora minha filha!' E falava para ele: 'tome vergonha, é nossa filha, a única filha mulher que temos, e você não respeita?' Eu não aguento mais esta vida (LIRA et al, 2017, p.3)

As falas abaixo evidenciam a falta de proximidade afetiva entre membros de uma família atravessada pelo ASI

... quando eu fiquei menstruada ... fui na minha vizinha, pra ... me ensinar como é que botava o absorvente e tal. ... eu não lembro assim, em nenhum momento a minha mãe participava, assim, nem o meu pai...(KRINDGES e HABIGZANG 2018, p.7)

Quanto ao abuso com meus irmãos, eu sinto neles, eu tenho uma distância deles, eu não tenho aquela afinidade, gosto deles demais, mas por conta disso que ficou na minha mente me bloqueou em trata-los como irmãos (LIRA, 2015, p.225).

Além disso, é importante destacar que muitas vezes, ao revelarem a situação de abuso pela qual estão passando, muitas crianças e adolescentes são desacreditadas pela família e isso, de acordo com Habigzang, Ramos e Koller (2011), pode resultar em revitimização caso os adultos não respondam de maneira adequada ou duvidem de seu relato, deixando-a desprotegida e vulnerável. Esse, inclusive, é um dos principais motivos pelos quais criança e adolescente não

revelam o abuso sofrido, o medo de ignorarem seu relato. A seguir estão alguns relatos de vítimas que foram desacreditadas

(...) Minha mãe não quis acreditar que meu pai me estuprou. Eu joguei na cara dela: É, seu marido fez isso e isso comigo, a senhora quer apoiar ele (LIRA et al, 2017, p.3).

...Sempre assi[sic]... quando isso acontecia tinha vontade de contar pros meus pais, mas naquele tempo, né[sic], num ia acreditar... (LIMA, 2012, p.181)

...E eu sempre contava a minha mãe só que ela não acreditava em mim. Porque ela pensava que tava mentindo. Porque eu não gostava dele[abusador]. Ela não acreditava. Dizia que eu tava inventando isso... (LIMA, 2012, p.246).

P3 pode se fazer alusão sobre o relacionamento dela com a sua mãe como algo distante, já que o sentido apreendido a partir da fala de P3 foi de que ao revelar para a sua mãe que tinha sido vitimada pelo abuso sexual quando era criança, ela não deu atenção para o que estava tomando conhecimento naquele momento, não valorizou a vivência negativa da filha. Esta reação de sua mãe motivou P3 a não mais continuar a conversa (LIMA, 2012, p.).

[...] meu pai ter relação sexual comigo mudou muita coisa. Na época fui morar na rua, porque ninguém acreditou em mim, aí, enchi minha cara de droga porque eu nunca imaginei meu pai fazer sexo comigo (LIRA, RODRIGUES e COUTO, 20..., p.).

A mãe de Vitória tende a ser a articuladora da construção das paredes de silêncio que habita o espírito familiar. Age totalmente comprometida em proteger seu esposo e casamento, realizando o que for necessário em nome da sua causa (LIMA, 2015, p.).

No começo eu tinha medo de chegar e falar pra minha mãe que tava sendo abusada pelo meu padrasto, porque se eu chegasse pra falar ela não ia acreditar, como até hoje ela não me apoia em nada, ela só fica do lado dele, minha mãe não acreditou em mim. Ela não fala comigo. Ela se incomodou com isto (LIRA, 2015, p.215).

Ponto importante na compreensão das dinâmicas familiares em famílias atravessadas pelo incesto é a hierarquia, Sampetro (2019) enfatiza que, de certa forma, ela é relativizada no contexto da vivência abusiva. Devido à relação simbiótica entre seus membros, qualquer evento que afete um indivíduo tem repercussões para todos os demais. Essas famílias se caracterizam, ainda, por uma estrutura rígida ou caótica. O segredo, então, torna-se uma ferramenta crucial para a manutenção dessa dinâmica, funcionando como uma estratégia para garantir o funcionamento da unidade familiar. Por essa razão, muitas vítimas acabam internalizando a ideia de que devem "pagar" com seus corpos para preservar a unidade familiar. Nos casos estudados por Sampetro (2019), por exemplo, as famílias não possuem regras definidas e apresentam dificuldades de mudança, visto que em um dos casos a vítima permaneceu na condição abusiva por 26 anos

Aí que ela foi descobrir tudo... quando eu apareci grávida com 14 anos... que ela descobriu tudo... e ele se prontificou a assumir a criança, assumir eu. Daí nós passamos a viver... (SAMPEDRO, 2019, p.57)

Daí ele assumiu, né, e a gente passou a viver [...] maritalmente. Eu, e ele abusando – Glória. (SAMPEDRO, 2019, p.57).

É necessário ressaltar que em muitos dos relatos trazidos, como os citados acima, revelam a ausência de proteção e o silêncio que envolvem essas experiências traumáticas. As vítimas, muitas vezes, sentiam-se desprovidas de amparo pela figura materna, a qual deveria ser responsável por sua proteção e cuidado. No entanto,

é sabido que em famílias onde ocorre o abuso sexual há trocas de papéis e de responsabilidades, onde as mães se tornam cúmplices da violência levando a vítima a sofrer outra violação como o abandono e o sentimento de desprezo da pessoa mais próxima em que se poderia confiar. O silêncio opera na vida das vítimas de abuso sexual como sinal de impotência perante a força externa, levando-a ao sentimento de desproteção, medo de perder o afeto familiar e muitas vezes do autor da violência, temor de ser desacreditada, que a culpabilizam, de sofrer represálias e desenvolver mecanismos de defesa como cisão, negação e a própria identificação projetiva (CASTRO e RIBEIRO, 2023, p.15).

Contudo, Lima (2010) destaca que, em muitos casos, as mães vivenciam um sofrimento subjetivo intenso que se manifesta como culpa, desamparo, um embotamento afetivo e a revivência do próprio abuso sexual. É fundamental que essas mães sejam reconhecidas não apenas como aquelas que falharam em proteger suas filhas, mas como mulheres cujos direitos sexuais e humanos foram violados por um sujeito masculino que as submeteu a experiências de violência também e que

vivenciaram a vitimação de outras mulheres, as suas filhas, que lhes convida para um sofrimento também enquanto mães. São mães que se culpam por não terem conseguido proteger mais as suas filhas a ponto de evitar essa vitimação. São mães que se martirizam por não terem ensinado a suas filhas que o abuso sexual intrafamiliar existe, e, portanto requer cuidados. Mas são mulheres e mães que não conseguiram fazer nada disso porque são também vitimadas (LIMA, 2012, p.255).

Em síntese, a análise das dinâmicas familiares permeadas pela violência sexual infantil revela a complexa interconexão entre gênero, poder e relações interpessoais. A estrutura patriarcal não apenas facilita, mas legitima o abuso e isso cria um ambiente onde as vítimas são frequentemente coisificadas e silenciadas. A objetificação do feminino, aliada à falta de proteção e à negação do abuso por parte de familiares, perpetua um ciclo de violência que fragiliza os vínculos afetivos e compromete a saúde emocional de todos os membros da família. Dessa maneira, compreender como o abuso sexual infantil se insere nas relações familiares permite identificar as raízes sociais e culturais que sustentam esse fenômeno, destacando a urgência de intervenções que promovam a desconstrução de estigmas e a valorização da voz das vítimas. A conscientização sobre esses padrões é crucial para a construção de um ambiente onde a proteção e a dignidade de crianças e adolescentes sejam priorizadas, rompendo, assim,

com a perpetuação da violência de gênero e favorecendo a reconstrução de relações familiares saudáveis e respeitadas.

7.2 As vivências do Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar

Esta categoria diz respeito às vivências do abuso sexual infantil sofrido por meninas no contexto familiar, enfatizando como as experiências traumáticas, como a do ASI, moldam as representações internas do indivíduo e afetam profundamente suas relações interpessoais, bem como sua percepção de mundo. No caso do abuso sexual intrafamiliar, as vítimas, ao vivenciarem o trauma, constroem representações de mundo carregadas de desconfiança, medo, vergonha e sentimentos de traição, que permeiam seus comportamentos e suas interações ao longo da vida (JACOB, 2009; LIRA, 2015; LIMA, 2012). Isso pode ser constatado através dos trechos seguir, retiradas de pesquisas a respeito do tema

o abuso sexual, por gerar fortes sentimentos de desamparo e impotência na vítima, cria um profundo senso de fragilidade em suas vítimas. A forma mais comum desses sentimentos se manifestarem... é através do desenvolvimento de um comportamento controlador (JACOB, 2009, p.)

Meu pai ter relação sexual comigo mudou muita coisa, na época fui morar na rua, porque ninguém acreditou em mim, aí, por causa do abuso eu comecei a usar droga. Enchi minha cara de droga porque eu nunca imaginei meu pai fazer sexo comigo. Aí comecei na maconha, a cheirar cola, depois o crack e o pó, meti a cara no pó com desgosto (LIRA, 2015, p.159).

Sendo assim, ao longo do discurso responsivo das Participantes sobre o abuso sexual intrafamiliar que sofreram quando eram criança ou adolescente apareceram enunciações sobre o abuso sexual que sofreu quando criança, sobre o sofrimento de ter sido abusada sexualmente e não ter recebido proteção, sobre o fato de ser abusada e não revelar a ninguém o que lhe acontecia, sobre os abusadores, sobre o modo como se sentiu após ter revelado a família, sobre como se sentiu ao lembrar seu próprio abuso, sobre as implicações das experiências de abuso (seu e de sua filha) para a sua relação com as filhas, sobre a sua vivência subjetiva ante a situação de ter que conviver com a realidade de seu abusador estar livre (LIMA, 2012, p.173).

E esta ameaça gerou em P6 um medo e desconfiança das pessoas, segundo o seu discurso, de forma que se afastou dele e evitava sair sozinha, o que se entendeu que emergiu nela um sentimento de vulnerabilidade oriundo da experiência (LIMA, 2012, p.177).

Uma das vítimas entrevistadas por Lira (2015) expressa em sua fala uma série de sentimentos relacionados à vivência do abuso perpetrado por seu padrasto, tais como, rejeição e desconforto, invasão e violação

Eu nunca gostei do meu padrasto. Ele gostava muito de mim e me tratava bem, aí começou pegando na minha cabeça e eu me saindo dele. Depois pegava nas minhas pernas, alisava as pernas, fazia estes carinhos, me beijava e eu não gostava, pegava

nos seios, me abraçava, e beijava e eu me saía. Eu não gostava. Depois que a minha mãe morreu fiquei morando com ele e acho que ele ficou gostando mais de mim. Meu padrasto me fez ter relações sexuais à força, me bateu, me judiou, me amarrou com os braços na cama, eu queria me soltar e não conseguia, gritava, mas minha irmã não ouvia, fiquei toda roxa da surra que ele me deu e fui parar no hospital. Aí, foi só uma vez e eu peguei gravidez. A filha que eu tenho é filha dele. Aí minha vida ficou meio embaraçada (LIRA, 2015, p.219-218).

O abuso sexual infantil intrafamiliar, além de causar danos imediatos, pode ter consequências devastadoras a longo prazo para as vítimas. Dentre as sintomatologias mais comuns observadas ao longo do tempo, destacam-se a baixa autoestima, ideações suicidas, comportamentos autodestrutivos, como automutilação e abuso de substâncias também são comuns, como uma tentativa de lidar com o trauma. Esses sintomas podem ser observados nos excertos a seguir

Até hoje, quando eu lembro, sinto desgosto da vida. Não me sinto um ser humano, me sinto um lixo. É, a gente ter uma pessoa que é um pai da gente e acontecer uma coisa desta? (LIRA, 2015, p.221).

Eu queria me matar por causa da relação sexual com meu pai, porque começaram a me botar pra fora de casa dizendo que eu tava levantando falso a ele. Aí fui pra frente de uma carreta, o homem freou quando me viu, começou a queimar pneu aí entrou e me balançou: - Mulher, você é louca, você não tem amor a sua vida não? Aí eu comecei a chorar e contei minha vida a ele. Ele me abraçou, mandou a mulher dele me segurar, botou a carreta pra baixo do galpão do posto, começou a falar comigo e disse: - não faça isto não, tenha amor a sua vida. Mas depois eu pelejei pra beber água sanitária, minha prima tava em casa e não deixou. Já tentei outras vezes, já me cortei de gilete com desgosto, agente ser sozinha e mais uma derrota depois que aconteceu isso (LIRA, 2015, p.221).

Quando eu tinha 12 anos tentei suicídio. Meus pais nunca souberam o motivo por que eu não deixava escapar... (LIMA, 2012, p.247).

Aí eu ficava pensando nisso “já que eu não posso com sal, eu vou me matar com sal” (fala em tom baixo). E aí fazia isso. Mas graças a Deus, hoje é... às vezes eu penso em mim, nos meus filhos. Não faço não. Mas vem pensamento de... querer pegar uma faca e... (fala sorrindo), sabe? Fazer alguma coisa, sabe? Graças a Deus, né, Deus tá aí. Ele não deixa eu fazer não (SAMPEDRO, 2019, p.118).

Além disso, no que diz respeito aos sentimentos e emoções das vítimas de ASI intrafamiliar, destaca-se um conjunto de emoções ligadas à experiência do abuso. Sendo que a raiva e a revolta surgem como reações naturais à quebra de confiança e ao abuso de poder por parte de um familiar, sentimentos esses que podem manifestar-se tanto internamente quanto em comportamentos externos. O ódio, frequentemente direcionado ao agressor e, em alguns casos, também voltado para si mesmas, é uma emoção comum entre as vítimas, que se sentem impotentes e traídas. Essas emoções são frequentemente expressas nas falas das vítimas, como as destacadas a seguir, que relatam com sofrimento o peso da vivência abusiva e as dificuldades de lidar com suas repercussões

Este problema de ter sofrido abuso sexual pelo meu padrasto me incomoda bastante, sinto raiva. Isso prejudicou a minha vida e ainda tá prejudicando, por que ele sai comentando, mesmo no começo que eu sai de lá, ele tentou me separar do meu marido, teve um dia, que ele inventou uma conversa e tentou separar a gente, mas não conseguiu e até hoje ainda tá sendo um inferno lá. E ele e minha mãe tão lá morando lá e aí ficou pior, mãe mais ele juntos (LIRA, 2015, p.218).

Tenho muito ódio do meu pai por ter feito sexo comigo, muito ódio mesmo. Quando eu via ele na rua me dava nojo. Era vergonha e raiva porque a vontade era de pegar e matar ele. Minha mãe pode até ser que eu perdoe, mas meu pai não[...] (LIRA, 2015, p.144).

Olha, eu sou uma mulher interiormente revoltada. É. Eu sou uma mulher interiormente revoltada....” (LIMA, 2012, p.199).

Os referidos sentimentos revelam a complexidade do trauma vivido, Vigotski argumenta que as emoções não surgem isoladamente, mas são mediadas pela interação social e pelas experiências vividas, sendo moldadas por fatores externos e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido. No caso das vítimas de abuso, a raiva, a revolta e o ódio podem ser compreendidos como reações não apenas ao ato de abuso em si, mas também à forma como essas emoções são internalizadas e interpretadas no contexto familiar e social. A forma como a sociedade se organiza também gera os sentimentos morais, as normas e os sentimentos estéticos dos indivíduos, os quais estão diretamente relacionados às interações estabelecidas durante o desenvolvimento emocional da criança, influenciando, em maior ou menor grau, o enriquecimento de suas experiências emocionais (MACHADO, FACCI e BARROCO, 2011).

A vivência de trauma sexual na infância pode fazer com que a vítima forme uma visão interna do mundo, caracterizada por sentimentos de perigo, traição e violência. Com isso, a vítima pode desenvolver um padrão de apego inseguro na vida adulta, conforme (JACOB, 2009).

Portanto, a vivência, quando marcada pela violência, gera uma série de reações emocionais e comportamentais, como o desenvolvimento de estilos de apego inseguros, que se refletem em dificuldades nas relações interpessoais e no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis. Além disso, o silêncio e a ocultação do abuso, frequentemente impostos pelas dinâmicas familiares, reforçam o sofrimento e a desconexão, criando um ciclo de isolamento e revitimização. Isso ratifica a teoria de Vigotski et al (2017) a respeito do significado das experiências, segundo a qual ele é construído por meio da linguagem e do contexto social em que o indivíduo está inserido. A dificuldade das vítimas de revelar o abuso, especialmente quando há uma distância emocional ou tentativas de proteger seu sofrimento, pode ser entendida como a ausência de um espaço social seguro para verbalizar e ressignificar o trauma.

Dessa forma, a vivência, quando marcada pela violência, gera uma série de reações emocionais e comportamentais, como o desenvolvimento de estilos de apego inseguros, que se refletem em dificuldades nas relações interpessoais e no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis. Além disso, o silêncio e a ocultação do abuso, frequentemente impostos pelas dinâmicas familiares, reforçam o sofrimento e a desconexão, criando um ciclo de isolamento e revitimização. Segundo Vigotski et al (2017), o significado das experiências é construído através da linguagem e do contexto social em que o indivíduo está inserido. A dificuldade das vítimas de revelar o abuso, especialmente quando há uma distância emocional ou tentativas de proteger seu sofrimento, pode ser entendida como a ausência de um espaço social seguro para verbalizar e ressignificar o trauma.

[...] o mais ruim foi ter sempre se obrigada a abraçar, e tipo assim, a disfarçar na frente dos outros... dos parentes (se excita), entendeu? Mas dentro de casa não precisava disso, né [...] chamar de pai, lá não precisava, né (SAMPEDRO, 2019, p.54).

...Ele[o abusador] só dizia: ‘Se você contar papai mata a gente. Papai me mata. E papai me mata e vai pra cadeia. E você vai ter que carregar remorso na vida, o resto da vida porque papai tá[sic] na cadeia.’...

E no caso das ameaças feitas pelo seu irmão abusador, P7 enuncia que cedia com medo de que ele as concretizasse como também pelo fato de querer poupar seus pais de uma notícia desagradável, novamente fazendo emergir o sentido da família enquanto instituição e da relação entre eles pautada no carinho e amor, segundo ela (LIMA, 2012, p.178).

depois que souberam, nada mudou na vida deles. As relações continuaram as mesmas. Que o abusador continua convivendo com todos como se não tivesse havido a vitimação dela (“...Então hoje, assim ele, faz de conta que não, não, não aconteceu nada. Todo mundo leva uma vida normal.”) (LIMA, 2012, p.)

...Então, mesmo pequena, fui violentada e segurei o sufoco, a angústia, a dor. Quando eu tinha 12 anos tentei suicídio. Meus pais nunca souberam o motivo por que eu não deixava escapar... (LIMA, 2012, p.184).

Os fragmentos acima, ilustram como a vivência do abuso sexual na infância se manifesta não apenas em traumas emocionais profundos, mas também em dificuldades para expressar e processar essas experiências, especialmente em um contexto familiar onde o abuso é frequentemente negado ou minimizado. Portanto, a vivência do abuso sexual pode ser vista como um processo dialógico que envolve a construção interna de sentidos, a busca por entender e elaborar a experiência traumática, e a tentativa de reintegrar essas vivências no contexto social e afetivo do sujeito, com todas as implicações de sofrimento e reconfiguração de identidade que isso envolve.

Os relatos das vítimas em Sampedro (2019), destacam a gravidade e a complexidade do abuso sexual intrafamiliar, evidenciando como esses traumas podem ter raízes profundas e duradouras na vida das vítimas. O fato de uma das vítimas não conseguir lembrar a idade exata

em que começou a sofrer abusos, mas reconhecer que isso ocorreu após os 10 anos, sugere que as memórias de tais experiências podem ser fragmentadas ou até mesmo reprimidas, mecanismo de defesa comum em situações traumáticas. De acordo com a teoria vigotskiana sobre a formação da consciência, as falhas de memória em vítimas de ASI podem ser explicadas por alguns fatores. O desenvolvimento da consciência é mediado pela interação social e pela linguagem (TOASSA E SOUZA, 2010), e crianças vítimas de abuso sexual, podem não ter a capacidade de compreender ou reconhecer o abuso sofrido devido ao seu estágio de desenvolvimento. Outrossim, o contexto social e cultural também exerce uma influência significativa, com normas que minimizam ou até mesmo negam o abuso, agravando a dificuldade de recordar o início.

No que tange a relação com a sexualidade e a construção da identidade, é necessário destacar que

As mulheres vítimas de abuso podem ter medo de se ver como atraentes, femininas e saudavelmente sexualizadas. Isso pode trazer problemas na aceitação delas como mulheres. Podem rejeitar sua feminilidade, inclusive tentando evitá-la ganhando ou perdendo muito peso, para não serem vistas como atraentes (JACOB, 2009, p.25).

Esse contexto corrobora a ideia de que as experiências e interações sociais desempenham um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo. Dessa forma, o sentimento de vergonha em relação à sexualidade e a dificuldade de se reconhecer como atraente podem ser entendidos como reflexos das interações sociais e das normas culturais internalizadas ao longo do tempo. A vivência do abuso sexual e a repressão da sexualidade estão intimamente relacionadas a um ambiente social que impede o desenvolvimento saudável da identidade sexual da vítima. Assim, a sexualidade e a feminilidade das vítimas são profundamente afetadas pelas interações (ou pela ausência delas) em um contexto familiar e social que não favorece a construção positiva e natural desses aspectos da identidade.

7.3 Repercussões do Abuso Sexual Infantil nas Relações Amorosas de Mulheres Vítimas

Nesta categoria, versaremos sobre o como o abuso sexual infantil no contexto familiar pode ser uma experiência traumática profunda capaz de moldar e influenciar a vida de uma pessoa de maneiras devastadoras e duradouras. Quando se trata de mulheres que foram vítimas de ASI, as repercussões dessa vivência na vida adulta, especialmente nos relacionamentos amorosos, são frequentemente severas e complexas. A análise dos textos “Relato de mulheres sobre vivência de abuso sexual na infância e/ou adolescência: uma leitura fenomenológica”

(SAMPEDRO, 2019); Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar (LIRA, 2015); A ferida invisível: Um estudo sobre o abuso sexual e suas consequências nos relacionamentos amorosos (JACOB, 2009); A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações (LIMA, 2012); Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância (KRINDGES e HABIGZANG, 2016); Repercussões no curso de vida de mulheres adultas que vivenciaram o abuso sexual na infância (CASTRO e RIBEIRO, 2023); Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa Cruz et al (2019), revela padrões recorrentes nos relatos dessas mulheres, que refletem como o ASI afeta diretamente a construção da identidade sexual e afetiva ao longo de sua vida.

A vivência de trauma sexual na infância pode fazer com que a vítima forme uma visão interna do mundo, caracterizada por sentimentos de perigo, traição e violência. Com isso, a vítima pode desenvolver um padrão de apego inseguro na vida adulta, conforme (JACOB, 2009).

Isso ocorre porque a vivência do abuso sexual infantil pode resultar em uma distorção das relações interpessoais, em que a vítima internaliza medo e repulsa por aqueles que representam, de alguma maneira, o abusador.

Eu dou graças a Deus por não ser lésbica. É... tantas pessoas que passaram por isto e hoje são lésbicas... É a dificuldade de se relacionar com homens. Mas eu não gosto nem de homem nem de mulher, porque isto também me impedia de gostar das pessoas, entendeu? De gostar de outros homens, sei lá, a gente fica com vergonha da gente mesmo. tipo: como se a pessoa já soubesse que a gente foi abusada. Eu num tinha, tipo: paciência, eu num tinha amor, entendeu? Era como se eu num tivesse amor dentro de mim (Marta) (LIRA, 2015, p.223).

Acho que duas coisas que acontecem com pessoas que sofrem isso, é a questão da vida afetiva, é, eu acredito que ...pronto. Eu: Eu só tive um namorado e eu não deixava ele chegar nem perto de mim, direito e até hoje, eu não consigo namorar com ninguém. É o medo. É Tipo, como se tivesse medo de homem, inclusive do meu pai. Até hoje eu só falo com ele o necessário e se possível peço a minha mãe pra falar com ele porque eu não chego perto dele. Me lembro que a gente morava aqui em outra cidade pra estudar e quando a gente chegava de viagem, meus irmãos tudinho se aproximavam do meu pai, abraçavam e eu não abraçava, então eu achava que meu pai não gostava de mim. Só que o que acontecia é que eu que tinha medo do meu pai. Eu criei esta barreira (Eva) (LIRA, 2015, p.223-224).

Além disso, mulheres vítimas de ASI, amiúde, desenvolvem comportamentos sexuais inadequados ou de risco ao longo da vida, como iniciar precocemente as atividades sexuais (excluída a experiência de abuso) (LIRA et al, 2015). Tais comportamentos muitas vezes estão relacionados à tentativa de lidar com as emoções geradas pelo trauma do abuso, como uma forma de buscar controle ou a reafirmação de sua identidade sexual. Sendo assim, comportamento hipersexualizado ou a compulsão por relações sexuais podem ser uma maneira

de a vítima tentar reconquistar um senso de poder sobre seu corpo, mas, paradoxalmente, também podem ser um reflexo de sua desvalorização e da falta de uma relação saudável com a sexualidade (LIRA, 2015).

Me coloquei em risco várias vezes ... Acho também que eu tinha uma tendência de achar que a pessoa é uma pessoa muito bacana daí não precisa usar camisinha ... (KRINDGES e HABIGZANG, 2018, p.7).

... eu sou uma pessoa que transa bastante ... eu sou uma pessoa bem sexual ... todo mundo me tem como uma guru do sexo, entendeu (p.II) (KRINDGES e HABIGZANG, 2018, p.7).

[...] acho que ser abusada pelo meu padrasto despertou a minha curiosidade e deu vontade de conhecer o sexo mais cedo, aí perdi minha virgindade aos dez anos e caí na prosti tuição (LIRA et al, 2017, p.4).

Se por um lado, ao sofrer abuso sexual na infância, algumas pessoas apresentam dificuldades com a relação sexual, outras podem passar a ter condutas hipersexualizadas. Essa realidade favorece a busca incessante e indiscriminada por relações sexuais mesmo que desprotegidas e com pessoas desconhecidas, o que novamente expõe a pessoa a IST (CRUZ et al, 2019).

Em outros casos, pode haver uma aversão ao sexo e repulsa às suas áreas genitais, um comportamento reativo ao trauma, em que a vítima se distancia da própria sexualidade por meio do bloqueio ou da evitação de qualquer forma de intimidade sexual.

Uns quatro anos que eu não tenho relação, eu não consigo ne ... nunca senti prazer ... nunca senti vontade ... sempre foi uma violência” (p.IV) (KRINDGES e HABIGZANG, 2016, p.7).

Acho que tem repercussão na minha vida sexual, eu não gosto de certas coisas, me causa nojo. Eu tenho vergonha das minhas partes íntimas, com o tempo eu não aceitava a minha vagina (CASTRO e RIBEIRO, 2023, p.19).

É. É difícil (prazer) mas eu acabo conseguindo, né. Mas é bem... difícil. Né, eu não sei se é por causa disso (abuso), ou se eu nasci assim (SAMPEDRO, 2019, p.114).

A dificuldade para experimentar prazer sexual, particularmente a dificuldade em alcançar o orgasmo, é outra consequência comum entre mulheres que vivenciaram o abuso sexual na infância. O abuso pode causar um distanciamento emocional e psicológico tão profundo da vivência sexual que as vítimas não conseguem experienciá-la de forma plena e saudável. Safiotti (1990), no texto *O poder do macho*, argumenta que a submissão da mulher ao homem, enquanto este desfruta do prazer, ilustra a dinâmica de poder enraizada nas normas sociais. Esse padrão reflete o ideário predominante sobre o papel da mulher na sociedade, que a coloca em uma posição subordinada, perpetuando estereótipos e expectativas restritivas sobre sua identidade e comportamento. A dissociação entre prazer e afeto dificulta a conexão emocional, frequentemente resultando em disfunções sexuais, como a anorgasmia.

[...] afetou minha sexualidade, porque até hoje eu não consigo ter um orgasmo se não for manipulando. Em todos os relacionamentos, na hora, quando lembro que vou querer daquela forma e que ele não vai gostar, aí não consigo (LIRA et al, 2017, p.4).

... sempre teve essa cobrança assim, porque eu nunca gostei de sexo ... hoje eu gosto (se referindo ao relacionamento extraconjugal) ... eu descobri a minha sexualidade ne, eu descobri um prazer que eu não sentia antes” (KRINDGES e HABIGZANG, 2018, p.7).

Percebe-se, que as relações traumáticas que vivenciam podem alterar profundamente a forma como percebem o corpo, a sexualidade e as interações sexuais ao longo da vida. Se, durante o desenvolvimento emocional da criança, ela for exposta a experiências de abuso, isso pode resultar em uma internalização de sentimentos de ameaça, violência e traição, os quais, por sua vez, afetam capacidade de experimentar prazer nas relações sexuais.

Outro aspecto importante a ser mencionado é a predisposição das vítimas de ASI para enfrentar novas formas de violência na vida adulta. Esse padrão de revitimização pode manifestar-se em relacionamentos abusivos na fase adulta, em que mulheres se veem, frequentemente, atraídas por parceiros que apresentam comportamentos similares aos do perpetrador, sem terem plena consciência disso (JACOB, 2015). Assim, dinâmica abusiva pode ser repetida dentro do casamento ou de relacionamentos íntimos, com a mulher vítima tornando-se mais suscetível a experimentar novamente o ciclo de violência, perpetuando padrões negativos estabelecidos durante a infância.

Quando eu tinha 12 anos eu tive um envolvimento com um rapaz bonitão que me paquerou, mas eu ainda era muito criança. Ele me levava para motéis, e aconteciam basicamente as mesmas coisas que aconteciam com meus irmãos que me abusaram, só que com uma proporção maior e eu continuei achando bom, também carícias, manipulações, mas não houve penetração (LIRA, 2015, p.224)

É, eu ficava. Eu (fala enfática) ficava lá trancada, ficava lá pensando assim “ah, pelo menos aqui... eu tô fugindo do meu pai, mas aqui... eu tô sofrendo (fala acelerada) (...) O que adiantava ela... na, na mão de um... que é ruim, pra por na mão de outro? Então não adiantou de nada (fala em tom baixo). Ficou naquela (fala em tom baixo). Então eu vou ficar aqui (este aqui se refere a estar longe do pai) (fala em tom baixo). Aí ficava. (Resmungo) (SAMPEDRO, 2019, p.105).

ixii...um monte de coisa na minha cabeça... não... porque eu já tenho um tanto de nojo sabe...porque é muito difícil de eu ter relação com o meu marido... (ênfase) difícil ixiii... Ixiiii...ele já me bateu tanto por causa disso... (SAMPEDRO, 2019, p.105).

As repercussões do abuso sexual infantil no contexto familiar, portanto, reverberam fortemente nos relacionamentos amorosos das mulheres, afetando tanto a esfera emocional quanto a sexual. A dificuldade em criar vínculos afetivos seguros e a propensão para comportamentos sexuais disfuncionais e de risco são reflexos de traumas profundos, muitas vezes inconscientes, que moldam a maneira como a vítima se percebe e se relaciona com o outro. Esse ciclo de dor, medo e desconfiança pode, com o tempo, acarretar em uma série de

consequências danosas, incluindo a revitimização em relacionamentos abusivos, que perpetuam o sofrimento da vítima.

Destarte, o ASI intrafamiliar, a partir da teoria de Saffioti (1990), caracteriza-se como uma manifestação da violência de gênero, sustentada pela estrutura patriarcal que subordina e objetifica o corpo feminino. Figuras de autoridade dentro da família, como pais e padrastos, frequentemente são os perpetradores, perpetuando a dinâmica de poder desigual. Essa violência compromete as relações familiares, especialmente entre mães e filhas, gerando desconexão emocional e dificultando a construção de vínculos saudáveis, uma vez que muitas mães optam por ignorar ou silenciar o abuso, reforçando o trauma (LIRA, 2015).

No mais, a partir dos trechos citados anteriormente e com base no conceito vigotskiano de *perejivanie* (VIGOTSKI et al, 2017), observou-se que o trauma do abuso sexual molda a percepção das vítimas, gerando sentimentos de desconfiança, vergonha e traição, os quais afetam suas relações interpessoais e podem desencadear comportamentos autodestrutivos e dificuldades emocionais, como depressão e ideação suicida. Na vida adulta, essas mulheres frequentemente têm dificuldades em estabelecer relacionamentos amorosos saudáveis, muitas vezes se envolvendo em novas relações abusivas, o que perpetua o ciclo de violência e resulta em revitimização. Além disso, o abuso sexual compromete significativamente a sexualidade dessas mulheres, podendo gerando aversão ao próprio corpo e dificultando o prazer e a intimidade em futuros relacionamentos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam mecanismos legais destinados a garantir a proteção de crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o CONANDA e o Sistema de Garantia dos Direitos, esses instrumentos ainda se mostram insuficientes diante da alarmante realidade do abuso sexual infantil, especialmente considerando que a maior parte dos casos não é denunciada e, portanto, não entra nas estatísticas oficiais. Nesse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral analisar como o abuso sexual intrafamiliar durante a infância repercute nos relacionamentos amorosos de mulheres que passaram por tal violência. A escolha pelo recorte do abuso intrafamiliar justifica-se pelo fato de que a maioria dos casos envolve meninas e, frequentemente, é praticada por membros do próprio núcleo familiar, conforme apontam os dados oficiais do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2024).

O abuso sexual infantil no contexto familiar configura-se como um fenômeno complexo, resultado de uma multiplicidade de fatores interrelacionados. Primeiramente, é importante destacar que esse tipo de violência está intrinsecamente ligado à questão de gênero e ao patriarcado, uma vez que as vítimas são majoritariamente do sexo feminino, sendo os agressores, em sua maioria, membros do próprio núcleo familiar, com destaque para o pai ou padrasto. Este cenário reflete uma dinâmica de violência que se fundamenta nas desigualdades de poder e nas normas sociais de gênero, nas quais homens, por meio da dominação, tendem a violentar preferencialmente mulheres e meninas, objetificando e hipersexualizando seus corpos. Tais normas colocam as meninas em uma posição de vulnerabilidade, favorecendo a perpetuação de uma cultura do estupro (SCHREINER, 2008).

A partir dos achados dessa pesquisa, percebe-se que há um consenso, os autores afirmam que a identidade dessas mulheres é frequentemente moldada por emoções negativas como culpa, vergonha, baixa autoestima e uma percepção distorcida de sua imagem corporal (LIRA, 2015; JACOB, 2009; SAMPEDRO, 2019; LIMA, 2012; KRINDGES e HABIGZANG, 2019). Além disso, a experiência da vivência abusiva pode ter um impacto profundo nas interações interpessoais e na esfera sexual, evidenciando a intersecção entre as vivências de violência na infância e o desenvolvimento de dinâmicas afetivas problemáticas na vida adulta.

De acordo com Sampedro (2019), essas famílias se caracterizam por uma estrutura tanto rígida quanto caótica. O segredo, portanto, torna-se uma ferramenta essencial para a manutenção dessa dinâmica, funcionando como uma estratégia para assegurar a continuidade da unidade familiar. Além disso, as vivências e dinâmicas familiares de mulheres vitimadas

pelo abuso sexual infantil (ASI) são marcadas por sentimento de insegurança, medo e desproteção. A vítima, sobrecarregada por sentimentos de vergonha e medo, tende a se isolar dos familiares, enquanto os adultos frequentemente minimizam ou negam a gravidade do abuso, perpetuando o silêncio e o distanciamento (LIRA et al., 2015).

No que diz respeito às implicações do ASI para a construção da subjetividade das vítimas, essas experiências moldam as representações internas do indivíduo e afetam profundamente suas relações interpessoais, assim como sua percepção do mundo. No caso do abuso sexual intrafamiliar, as vítimas, ao vivenciarem o trauma, constroem representações do mundo repletas de desconfiança, medo, vergonha e sentimentos de traição, os quais permeiam seus comportamentos e interações ao longo da vida (JACOB, 2009; LIRA, 2015; LIMA, 2012). A vivência do trauma sexual na infância pode fazer com que a vítima desenvolva uma visão interna do mundo caracterizada por sentimentos de perigo, traição e violência. Como consequência, é possível que a vítima forme um padrão de apego inseguro na vida adulta (JACOB, 2009).

Observou-se que, entre as sintomatologias mais comuns ao longo do tempo, destacam-se a baixa autoestima, ideias suicidas, comportamentos autodestrutivos, como automutilação, frequentemente utilizados como formas de lidar com o trauma (LIRA, 2015). Azevedo (2000) sugere que essas experiências de abuso podem predispor as mulheres a evitar relacionamentos duradouros com parceiros masculinos, preferindo vínculos mais superficiais ou hipersexualizados. Esse comportamento pode ser interpretado como uma defesa contra o medo de estabelecer conexões emocionais profundas, que, baseadas na confiança e no respeito, poderiam reavivar traumas passados. A vivência de abuso sexual intrafamiliar, onde figuras de proteção se tornam agressores, contribui para a aversão a vínculos emocionais, vistos como ameaças à integridade emocional das vítimas.

Sob a ótica vigotskiana, entende-se que as vivências abusivas moldam as percepções das mulheres, criando representações de mundo permeadas por desconfiança, medo, vergonha e traição, que impactam suas relações interpessoais. Essas reações emocionais são mediadas pelo ambiente social e familiar, e emoções como raiva, revolta e ódio não são apenas respostas ao abuso, mas também ao contexto em que essas vítimas estão inseridas, influenciando a forma como elas interpretam essas emoções.

A literatura revisada, incluindo os estudos de Cruz et al. (2019) e Castro e Ribeiro (2023), confirma que a sexualidade é a dimensão mais afetada nas sobreviventes de abuso sexual infantil. Mulheres vítimas de abuso sexual intrafamiliar frequentemente apresentam dificuldades em estabelecer relações saudáveis com pessoas do mesmo sexo do agressor e, ao

longo de suas vidas, desenvolvem comportamentos sexuais inadequados ou de risco. Também é comum o desenvolvimento de aversão ao sexo e dificuldades em experimentar prazer sexual, especialmente ao alcançar o orgasmo. Esses fatores interferem significativamente nos relacionamentos afetivos e amorosos das mulheres.

Outro ponto relevante observado é a tendência dessas mulheres a se envolverem em novos relacionamentos com indivíduos violentos, o que contribui para a revitimização e perpetuação dos padrões de violência aprendidos durante a infância. Essa dinâmica abusiva pode se repetir em casamentos ou relacionamentos íntimos, tornando a mulher mais suscetível a reviver ciclos de violência.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou as profundas repercussões do abuso sexual infantil intrafamiliar na vida das mulheres, destacando a complexidade da intersecção entre violência de gênero, normas sociais patriarcais e os efeitos traumáticos, que impactam a sexualidade e os relacionamentos afetivos dessas mulheres ao longo de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In AZEVEDO, M. A & GUERRA, V. N. (Orgs.), **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder** (pp. 147-167). São Paulo: Iglu, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição 70, São Paulo, Casa de Ideias, 2016.
- BEZERRA, M. S.; JACINTO, A. G.; PIANA, M. C. Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: Considerações Necessárias. IV SERPINF- Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. Franca-SP, 2018.
- BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, abr./jun. 2008.
- BRASIL. **Boletim Epidemiológico, Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**, 2015 a 2020. Brasília, v.24, n.8, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. DOU de 16/07/1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Abordagem de Casos Concretos em Uma Perspectiva Multidisciplinar e Interinstitucional**. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**. Volume 54 | Brasília, 29 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.431. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência** e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília - DF, 04 de abril de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 09 Ago. 2024.
- CAPUCCI, R. R.; SILVA, D. N. H. Ser ou não ser: a peregrinação do ator nos estudos de L.S. Vigotski. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 35(4), 351-362, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000400003>.

CREPOP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (as) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas públicas. 2 ed., Brasília, 2020.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** CECRIA / MJ-SEDH-DCA / FBB / UNICEF, Brasília, 2000.

FALEIROS, V. P. **Formação de educadores (as):** subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

GASPARINI, J.; ESTULANO, P.; KLASS, M.; BENETTI, J. E.; PALMA, D. L.; PEDROSA, A. F. **Violência/abuso sexual infantil e adolescente: relatos de duas profissionais que atuam na região oeste de Santa Catarina.** ANAIS de Psicologia, UCEFF, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed, São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOMES, R.; DESLADES, S. E.; VEIGA, M. M.; BHERING, C.; SANTOS, J. F. C. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. Cadernos de Saúde Pública, 18 (3), 707-714, 2002.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica.** São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

KRINDGES, C. L.; MACEDO, M. D.; HABIGZANG, L. F. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas.** Contextos Clínicos, 9(1):60-71, janeiro-junho 2016, Unisinos - doi: 10.4013/ctc.2016.91.05, 2016.

KRINDGES, C. L.; HABIGZANG, L. F. Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 35(3), 321-332. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>, 2018.

LEVANDOWSKI, M. L.; STAHNKE, D. N.; MUNHOZ, T. N.; et al. **Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil.** Cad Saúde Pública, 2021.

LIRA, M. O. de S. C. **Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar.** Tese (Doutorado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MALGARIM, B. G.; BENETTI, S. P. da C. O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas. **Estudos de Psicologia**, Campinas (SP), v.28, n.4, p.511-519, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MIDDLETON, W. Ongoing incestuous abuse during adulthood. **Journal of Trauma Dissociation**, v.1, n.3, p.251-272, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15299732.2012.736932>. Acesso em: 10 jul 2024.

MINAYO, M. C. S. Violência social da perspectiva da saúde pública. In **Cadernos de Saúde Pública**, 10, 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Editora Hucitec, 14ª ed., São Paulo, 2014.

MINCHONI, T. A. **A constituição da identidade em crianças vítimas de abuso sexual**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MIYAHARA, R. P. **Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do Psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, M. **Denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil reportadas pela Safernet às autoridades crescem 84% em um ano**. Safernet, 25 Out. 2023. Acesso em: 03 Ago. 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-imagens-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-reportadas-pela-safernet>.

OLIVEIRA, A. J. de; SILVA, C. G. da; FERRO, L. R. M. A exploração sexual infantil e juvenil: contribuições de psicólogos no enfrentamento à violência sexual. **Revista de Terapias Cognitivas e Comportamentais**, 21(1), 5-12, 2020.

PAIVA, M. S. **Abuso sexual infantil: aspectos psicológicos e psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PEREIRA, M. T.; SANTOS, S. M. O papel da família no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Terapias Psicológicas**, 17(3), 33-45, 2018.

SANT'ANNA, P. A.; BAIMA, A. P DA S. Indicadores Clínicos em Psicoterapia com Mulheres Vítimas de Abuso Sexual. **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 28 (4), 728-741, 2008.